



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA
BACHARELADO DO CURSO DE DIREITO

NIKOLLE CARDOSO ALMEIDA

JUVENTUDE NA POLÍTICA:
REFLEXOS DE UMA EDUCAÇÃO VOLTADA À FORMAÇÃO CIDADÃ NO ENSINO
MÉDIO

BARREIRAS/BA
2022

NIKOLLE CARDOSO ALMEIDA

JUVENTUDE NA POLÍTICA:
REFLEXOS DE UMA EDUCAÇÃO VOLTADA À FORMAÇÃO CIDADÃ NO ENSINO
MÉDIO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado
ao curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal
do Oeste da Bahia, como requisito parcial para obtenção do
grau de Bacharel em Direito

Orientadora: Maria Victória Braz Borja Rodrigues

BARREIRAS/BA
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

C268 Almeida, Nikolle Cardoso.

Juventude na política: reflexos de uma educação voltada à formação cidadã no ensino médio. / Nikolle Cardoso Almeida. – 2022.

81f.

Orientador: Profa. Dra. Maria Victoria Braz Borja Rodrigues.

Artigo (Graduação) – Bacharelado em Direito. Universidade Federal do Oeste da Bahia. Centro das Humanidades. Barreiras, BA, 2022.

1. Participação Política. 2. Educação Básica. 3. Direitos Humanos. 4. Cidadania.
I. Rodrigues, Maria Victoria Braz Borja. II. Universidade Federal do Oeste da Bahia - Centro das Humanidades. III. Título.

CDD 364.374

Biblioteca Universitária de Barreiras - UFOB

SUMÁRIO

FOLHA DE APROVAÇÃO	6
AGRADECIMENTOS.....	6
RESUMO.....	9
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	8
1 DEMOCRACIA, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	10
1.1 CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ENQUANTO PRESSUPOSTO DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO	11
1.2 DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE JOVENS ESCOLARIZADOS NO BRASIL	12
2 A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA	15
2.1 O PAPEL DA ESCOLA ENQUANTO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO POLÍTICA E CIDADANIA PARA A REALIZAÇÃO DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO	16
2.2 O DISCURSO NEOLIBERALISTA ENRAIZADO NO PROJETO EDUCACIONAL DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO.....	18
3 PERSPECTIVAS PARA O APRIMORAMENTO DA FORMAÇÃO POLÍTICA DE JOVENS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	21
3.1 UM NOVO PROJETO EDUCACIONAL: A SUPERAÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA TRADICIONAL E CONSERVADORA.....	22
3.2 A MUDANÇA CURRICULAR NA ESCOLA COMO CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO CRÍTICO E CIDADÃO DOS ESTUDANTES	24
3.2.1 O estudo de campo realizado no Colégio Estadual Herculano Faria da cidade de Barreiras: resultados e reflexões	27
4 CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS	32
APÊNDICES	37
APÊNDICE A	38
APÊNDICE B.....	38
APÊNDICE C	64

APÊNDICE D	77
APÊNDICE E.....	78

FOLHA DE APROVAÇÃO


NOME DA AUTORA: NIKOLLE CARDOSO ALMEIDA

TÍTULO DO TRABALHO: JUVENTUDE NA POLÍTICA: REFLEXOS DE UMA EDUCAÇÃO VOLTADA À FORMAÇÃO CIDADÃ NO ENSINO MÉDIO


TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
apresentado ao curso de bacharelado em Direito da
UFOB como requisito parcial para a obtenção do
grau de Bacharel em Direito.

DATA DE APROVAÇÃO: 12/12/2022

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 ANA LAURA SILVA VILELA
Data: 13/12/2022 15:13:41-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Ma. Ana Laura Silva Vilela
Docente do Curso de Direito da UFOB

Documento assinado digitalmente
 THIAGO RIBEIRO RAFAGNIN
Data: 13/12/2022 16:01:24-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin
Docente do Curso de Direito da UFOB



Profa. Dra. Maria Victoria Braz Borja
Rodrigues Orientadora
Docente do Curso de Direito da UFOB

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é a realização de um plano que eu trago comigo desde que decidi cursar Direito: usar a minha graduação para contribuir de alguma forma à educação, e com isso unir os dois caminhos da carreira que eu escolhi e que sei que fui feita para trilhá-los. E por conseguir chegar até aqui, agradeço a todos que me acompanharam nesta jornada.

À minha família, em especial meus pais, Paulo e Soraia, e minha irmã Karen, que nunca questionaram e sempre acreditaram na minha capacidade em alcançar os meus objetivos, e me dão todo o suporte que eu preciso para continuar.

Ao meu parceiro Aurélio, que sempre me lembra o porquê de eu ter chegado onde eu cheguei, e que me motiva diariamente – em palavras e atos – a não me subestimar e me agarrar ao que eu acredito.

Aos meus queridos amigos que, de longe ou de perto, constantemente me levantam, me suportam, me ouvem, e me motivam. Vocês são um respiro de alívio, amor e carinho.

À minha orientadora Maria Victória, que é, para mim, uma inspiração, que me acompanhou nestes anos de faculdade, que não me deixa esquecer do meu amor pela educação, e que nunca duvidou da minha capacidade em por meus planos em prática, fazendo parecer simples até mesmo os projetos que eu pensava não ser capaz de conseguir.

Ao meu professor – e mentor na universidade e na vida – Raphael, que reconheceu em mim algo que até eu mesma havia esquecido, que nunca hesitou em dizer o quanto acredita no meu potencial, e se tornou um amigo querido para a vida.

À primeira turma de Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia, que juntos suportamos tantos percalços na graduação e hoje podemos respirar aliviados e afirmar que conseguimos. A nossa parceria nos permitiu chegar até aqui e é uma felicidade imensa poder acompanhar a jornada de cada um. Em especial, às minhas amigas Hosana e Sarah, que foram minhas companheiras dentro e fora da universidade, levo vocês sempre em meu coração. Aos meus queridos Jarbas e Lucas, que trouxeram leveza em meio a tantas dificuldades, e a Pedro, que nunca hesitou em me ajudar quando eu precisei. Também a Ana Paula, que me acompanhou no estudo de campo deste trabalho, sem a sua ajuda eu não teria conseguido realizar um projeto tão lindo e gratificante.

Da mesma forma, aos professores que, tão queridos, nos ajudaram e nos motivaram durante esses anos. Em especial, à professora Alina e ao professor Thiago, que sempre exigiram o melhor de mim e acreditaram no meu potencial.

À UFOB, casa da minha primeira experiência universitária. Levo comigo as experiências e aprendizados que tive nesses anos. Viva à educação pública e de qualidade!

RESUMO

Este trabalho pretende analisar a participação política enquanto elemento intrínseco de um Estado democrático consistente na possibilidade de os cidadãos tomarem parte ativamente das discussões e decisões acerca dos rumos do país. Para alcançar tais fins, pressupõe-se que a educação básica é uma importante ferramenta no desenvolvimento social, cultural e político da juventude brasileira. Dessa forma, este artigo possui como objeto de pesquisa as possibilidades de aprimoramento e mudança na educação básica brasileira no contexto atual, com enfoque no ensino médio, levando em consideração o compromisso de formar sujeitos de direitos e de responsabilidades, capacitados para participar ativamente da vida democrática do país. O problema de pesquisa consiste em: “como se dá a formação política dos jovens no Brasil e como a educação básica pode contribuir para um exercício de cidadania e participação política mais ativas?”. O objetivo, portanto, é demonstrar a relevância da educação básica para a formação política e cidadã dos jovens brasileiros considerando o contexto sócio político atual. Trata-se de uma pesquisa exploratória aplicada com abordagem metodológica qualitativa, na qual foi utilizada a técnica de revisão bibliográfica, além de um estudo de campo em uma escola local, onde buscou-se alcançar conclusões ampliadas a partir de um caso concreto acerca das possibilidades de inserção de conhecimentos em direitos humanos e cidadania para um aprimoramento do papel da educação básica na formação política de jovens. Concluiu-se que ações pontuais, apesar de despertarem um importante interesse nos estudantes, não produzem efeitos significativos e concretos no seu pensar político, e que é necessária uma transformação das concepções orientadoras da educação no Brasil para um currículo voltado a uma formação cidadã e política, em lugar de uma política pedagógica que prioriza formas tradicionais de ensino e que visam prioritariamente a profissionalização do educando.

Palavras-chave: Participação Política. Educação Básica. Direitos Humanos. Cidadania. Currículo Escolar.

ABSTRACT

This paper aims to analyze political participation as an intrinsic element of a democratic State, consisting in the possibility of citizens taking an active part in discussions and decisions concerning the courses of action of the country. To achieve these ends, it assumes that basic education is an important instrument for the social, cultural, and political development of Brazilian youth. Thus, the object of this article is to explore the possibilities of improvement and change in Brazilian basic education in the current context, with focus on high school, taking into consideration the commitment to form individuals with rights and responsibilities, capable of actively participating in the democratic life of the country. The research problem consists of: "how does the political education of young people take place in Brazil and how can basic education contribute to a more active exercise of citizenship and political participation?" The objective, therefore, is to demonstrate the relevance of basic education for the political and civic development of young Brazilians considering the current socio-political context. The study is an applied exploratory research with a qualitative approach, in which the technique of bibliographic review was used, as well as a field study in a local school, in which extensive conclusions were sought based on a

concrete case regarding the possibilities of inserting human rights and citizenship studies for an improvement in the role of basic education in the political shaping of young people. It was concluded that isolated actions, despite arousing an important interest in the students, do not produce significant and concrete effects in their political thinking, and that a transformation of the guiding conceptions of education in Brazil is necessary in order to develop a curriculum aimed at a civic and political education, instead of a pedagogical policy that prioritizes traditional forms of teaching and that primarily aims at the professionalization of the student.

Keywords: Political Participation. Basic Education. Human Rights. Citizenship. School Curriculum.

INTRODUÇÃO

A participação política, enquanto conceito basilar de um Estado democrático, manifesta-se em variados âmbitos de uma sociedade. Norberto Bobbio destaca que é possível verificar a evolução da democracia em um país não através do aumento do número de pessoas que votam, mas do número de espaços onde elas podem exercer este direito (1986, p. 27). Isto é, a participação política vai além do direito de votar. Participar politicamente pressupõe a possibilidade de os cidadãos entenderem seus interesses, os eventos e relações dos quais fazem parte, e de tomarem parte ativamente das discussões e decisões acerca dos rumos de um Estado.

Este ideal participativo, no âmbito de uma nação democrática, deve se dar através da educação (LÜCK, 2015, p. 21). Entretanto, segundo Bobbio (1986, p. 27), é neste âmbito que a democracia encara uma das suas “promessas não cumpridas”: a educação para a cidadania. Assim sendo, este trabalho embasa-se na premissa da educação básica como instituição definidora do desenvolvimento social e político da juventude escolarizada, firmada nas normativas brasileiras que tratam da Educação Básica no Brasil, e que se constitui como um meio de fomentar o exercício da participação política dos jovens no Brasil. Dessa forma, possui como objeto de pesquisa as possibilidades de aprimoramento e mudança na educação básica brasileira no contexto atual, com enfoque no ensino médio, levando em consideração o compromisso de formar sujeitos de direitos e de responsabilidades, capacitados para participar ativamente da vida democrática do país.

Tomando o Estado Democrático como um espaço composto de cidadãos conscientes e atuantes na realidade em que estão inseridos, e a educação como um meio fundamental para o alcance de tal objetivo, o problema de pesquisa deste trabalho consiste em: “como se dá a formação política dos jovens no Brasil e como a educação básica pode contribuir para um exercício de cidadania e participação política mais ativas?”.

Como referencial teórico desta pesquisa, ao abordar temas de cidadania e participação política, são utilizados principalmente os estudos de Norberto Bobbio, que, em obras como “O Futuro da Democracia” (1986), põe em debate diferentes aspectos da democracia. Em seguida, ao tratar do papel da educação básica para uma formação em cidadania e direitos humanos e aprimoramento da participação política no segundo e terceiros eixos, esta pesquisa utiliza os estudos de Boaventura de Sousa Santos e algumas das obras de Paulo Freire em que tais pesquisadores abordam a problemática do projeto pedagógico atual da educação e da sua

importância enquanto instrumento de mudança. Serão, ainda, analisadas as normativas nacionais que conferem diretrizes à educação básica brasileira.

Em relação ao percurso metodológico desta pesquisa, tem-se a utilização do método sócio-jurídico, o qual aborda a dimensão social do direito, ou seja, a sua aplicação e funcionalidade na realidade social (ODAR, 2016, p. 10) à medida em que investiga a inserção de temas jurídicos na educação brasileira, avaliando sua importância na realidade escolar e seus reflexos no contexto sócio-político do Brasil.

No tocante à sua abordagem metodológica, a investigação desenvolvida prioriza a qualitativa, em razão da reflexão contínua sobre a relação entre democracia e educação, e a construção subjetiva de significados aos tópicos alvo desta pesquisa (GÜNTHER, 2006, p. 202).

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, posto que se utiliza de conhecimentos acumulados nas áreas abordadas e direciona-os a um propósito específico e prático, o de compreender se e de que forma a educação básica pode aprimorar o desenvolvimento crítico e a participação política da juventude escolarizada.

No que diz respeito aos seus objetivos, tem-se uma pesquisa exploratória (GIL, 2008, p. 27), que almeja compreender o fenômeno da participação política no Brasil e a educação básica enquanto instituição essencial ao aprimoramento político da população. Dessa forma, na busca de estudos existentes sobre os temas abordados, é utilizada a técnica da revisão bibliográfica, a qual leva à seleção daqueles que são relevantes para a realização desta pesquisa (FLICK, 2013, p. 41-52).

Por fim, outro procedimento utilizado é o estudo de campo, apresentado no terceiro eixo deste trabalho, em razão do aprofundamento das questões trabalhadas a partir do grupo estudado (GIL, 2008, p. 57), por meio da observação participante, tendo em vista o envolvimento da pesquisadora com a realidade pesquisada (LOZADA, NUNES, 2019, p. 161-163). Por meio dele, utiliza-se do método indutivo, tendo em vista que parte do particular para o geral (ANDRADE, 2010, p. 119) à medida em que, da observação de um caso concreto, foram colhidas informações em seu universo amostral com o intuito de utilizá-las para buscar conclusões universais acerca da função da educação básica no desenvolvimento crítico e político de jovens e da possibilidade de inserção de conteúdos de direitos humanos e cidadania no projeto curricular das escolas.

O objetivo geral deste trabalho é, portanto, demonstrar o papel/relevância da educação básica para a formação política e cidadania ativa dos jovens brasileiros considerando o contexto

sócio político atual. Como objetivos específicos, elenca-se: a) Analisar a atualidade do contexto sócio-político brasileiro a partir das informações reunidas sobre a participação dos jovens neste cenário; b) Investigar quais concepções e instrumentos didático-pedagógicos na esfera de direitos humanos e cidadania guiam as práticas da educação básica brasileira, com enfoque no ensino médio; c) Compreender se e de que forma a educação básica pode aprimorar o desenvolvimento crítico dos jovens quanto à sua participação política e os caminhos futuros do país, considerada a pesquisa de campo realizada no Colégio Estadual Herculano Faria, da cidade de Barreiras/BA.

Desse modo, este trabalho discute o modelo de educação promovido na educação básica brasileira, especificamente no ensino médio, o qual privilegia conteúdos técnicos em detrimento de uma construção de pensamento crítico e reflexões acerca do posicionamento e participação política dos estudantes. Assim, para se alcançar o ideal de participação política em um Estado Democrático, são necessárias mudanças significativas não só nas práticas pedagógicas exercidas pela escola, mas, essencialmente, nas concepções que as orientam.

1 DEMOCRACIA, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A democracia, contraposta a todas as formas de governo autocrático, é um regime que funciona por meio de regras estabelecidas para definir quem governa e de que forma poderá governar (BOBBIO, 1986, p. 17). Entretanto, mais do que uma mera modalidade de organização política, a democracia fundamenta-se na máxima de que o governo é exercido pelo povo e para o povo, tornando soberano o cidadão enquanto titular de um poder supremo e decisivo dentro de um Estado (BONAVIDES, 2001, p. 34). Este poder implica na ampla possibilidade e autonomia deste em atuar no cenário político, jurídico e institucional do país, e na transparência do poder para o povo.

Com o poder democrático, cresceu, também, a ideia de liberdade e de convergência entre o povo e o governo (GOYARD-FABRE, 2003, p. 58), concretizada por meio da representação e da participação política. Tais elementos, inseridos em um Estado Democrático de Direito, unem-se ao estabelecimento de um ordenamento jurídico que priorize a garantia dos direitos humanos e fundamentais, conceitos que não se desassociam da ideia de democracia.

Em complementação a tal conceito, Hansen e Hansen Júnior (2014, p. 163) definem três elementos fundamentais para que a democracia aconteça: o engajamento, a cidadania ativa e a pluralidade, os quais serão analisados na presente seção.

1.1 CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ENQUANTO PRESSUPOSTO DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO

O poder político dentro de uma sociedade democrática vem de baixo para cima, isto é, é “exercido em todos os níveis, em nome e por conta do cidadão, ou melhor, do indivíduo enquanto cidadão” (BOBBIO, 1986, p. 53). Ao falar-se do indivíduo enquanto cidadão, alcança-se muito mais do que o sujeito que pode votar e tomar decisões políticas. Ser cidadão não mais se resume em exercer direitos políticos plenamente. Mais do que isso, envolve o reconhecimento do sujeito enquanto titular de obrigações, e direitos – sejam estes considerados em sua esfera individual, ou inseridos em um contexto coletivo – e que, enquanto membro de uma sociedade, pode e deve trabalhar para o seu funcionamento harmônico e com base nos interesses da coletividade.

A participação popular trata-se, portanto, de pressuposto fundamental para a consagração de um Estado democrático, bem como um importante instrumento de avanço de demandas e de efetivação de direitos. No entanto, esta não se resume ao exercício do voto, que é o instrumento mais concreto de atuação das camadas populares em uma democracia representativa no contexto de sociedades tão complexas quanto as do mundo contemporâneo. Além do seu sentido prático, que diz respeito às instâncias participativas dentro de uma sociedade onde há espaço para uma atuação concreta e casuística do cidadão, possui também um sentido mais abstrato, com raízes no próprio conceito de democracia. Ambos os vieses transpassam-se significativamente (LAVALLE, 2011, p. 3), entretanto a presente pesquisa traz um enfoque ao segundo, que leva em consideração o ideário participativo abstratamente, enquanto elemento intrínseco da democracia.

Neste último, a participação eleva-se como um direito que veio para repolitizar a legitimidade e a democracia e recolocá-las enquanto elementos significativos de liberdade (BONAVIDES, 2001, p. 33). Desde a década de 1960, a participação política já significava “tornar o povo ator da sua própria história e, por conseguinte, porta-voz dos seus próprios interesses” (LAVALLE, 2011, p. 2), em uma relação direta com a ideia de emancipação social. Com a promulgação da Constituição de 1988 – denominada Constituição Cidadã –, a participação passou

a ser, assim como a normativa, também cidadã, à medida que seu significado foi ampliado e a ela conferida uma definição mais democrática (LAVALLE, 2011, p. 3), para além de um conceito unicamente eleitoral.

Este pilar democrático implica, portanto, em combater os ideais segregadores do neoliberalismo e em viabilizar ao cidadão que se reconheça como igual, como sujeito de direitos, e ponha em prática o poder que é originado da sua condição, de modo a rejeitar combater a ideologia do colonialismo e da submissão (BONAVIDES, 2001, p. 34), exercendo a verdadeira liberdade política em fazer parte da formação de vontade do Estado (TEIXEIRA, 2010, p. 69).

Para possibilitar este ideal participativo, é necessária a propiciação de espaços onde a participação pode ser exercida, conforme defende Bobbio ao tratar dos pressupostos de um regime democrático. Ele destaca que é possível verificar a evolução da democracia em um país não através do aumento do número de pessoas que votam, mas do número de espaços onde elas podem exercer este direito (BOBBIO, 1986, p. 27). Dessa forma, falar em participação política é discutir a atuação das peças principais de um Estado democrático: as pessoas que o compõem.

Isso porque a participação surge como um instrumento de justiça social, tendo em vista que ela permite que os indivíduos entendam seus interesses, os eventos que acontecem ao seu redor e as relações das quais fazem parte. Assim, torna-se possível que eles exerçam a sua cidadania de forma plena, ao tomarem parte na realidade em que vivem como membros conscientes das suas comunidades (BOBBIO, 1986, p. 31), guiando-se não nos seus interesses pessoais, mas em ideais comuns compartilhados.

1.2 DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE JOVENS ESCOLARIZADOS NO BRASIL

É necessário, portanto, refletir nos desafios que a participação política enfrenta no cenário brasileiro. Historicamente, até a Constituição de 1891, o direito de participação só podia ser exercido de maneira formal, o que o limitava a uma parcela mínima da população, frente ao baixo nível de alfabetização (CALLEGARI, MELLO, 2014, p. 42-43). Após o período ditatorial de 1964, embora a Constituição de 1988 tenha possibilitado novos arranjos participativos por diversos atores sociais nas instituições políticas (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 65), as mudanças tornaram-se meramente estruturais, com pouca efetividade prática (CALLEGARI, MELLO, 2014, p. 42-45).

Dentre os desafios enfrentados pela participação pública, observou-se, por exemplo, o retorno da velha tradição em depositar esperanças em indivíduos que supostamente salvariam a pátria, o que ainda é evidente no contexto político atual brasileiro. No entanto, a manutenção padrão de corrupção e privilégio de interesses com o qual o país já estava habituado fez crescer o sentimento de insegurança perante as instituições públicas (FERNANDES, 2014, p. 75-76). Ademais, a tradição em estabelecer um sistema hipercentralizado no poder executivo e, conseqüentemente, centralizar a figura do poder em um indivíduo, trouxe um efeito "deseducativo" para a população e desestimulador da participação política.

Outros fatores como os entraves ao acesso à comunicação, a pobreza, as tensões com relação ao futuro, as incertezas políticas e econômicas, acabam por gerar uma participação seletiva e marginalizadora (SANTOS, 2020, p. 172). Tais elementos reúnem-se em uma multidão afastada do senso de cidadania, facilmente manipulável, coberta de dúvida e desconfiança (GOYARD-FABRE, 2003, p. 65) frente à conclusão de que as leis não traduzem o interesse coletivo, de que os partidos são apenas instrumentos de interesses privados, e de que as bancadas parlamentares falham em desenvolver um debate normativo pautado nos interesses sociais e coletivos. Como resultado, tem-se um processo de "terceirização da participação" política (FERNANDES, 2014, p. 78).

Tais reflexões expandem-se ao contexto dos jovens escolarizados no Brasil. No Brasil, foi a partir das manifestações de 2013 que se observou uma fragmentariedade nos movimentos juvenis que refletia o próprio sentimento de aversão à forma tradicional de se fazer política (TABARES; MARQUES, 2022, p. 31). Por esta razão é possível observar transformações no modo como a juventude se envolve coletivamente em causas sociais e políticas, de modelos mais clássicos para modelos mais abertos e horizontais (SPOSITO; TARÁBOLA; GINZEL, 2021, p. 2-5), principalmente em vista da facilitação que o meio digital, em especial as redes sociais, promoveu às mais diversas dinâmicas de engajamento formais e informais.

Dessa forma, atualmente não mais se discute a apatia deste grupo em engajar-se em temas políticos, mas sim os modos como a participação jovem se dá, e nos desafios que estes novos modelos encontram em um contexto político tradicional, conservador e elitista como é o do Brasil. Uma pesquisa exploratória realizada este ano com estudantes de Institutos Federais ao redor do país obteve conclusões no sentido de que a grande maioria dos estudantes possuem interesse em política: apenas 5,7% informaram não possuir. 90,4% deles concordaram que a política deve fazer

parte da sua formação estudantil e 87,7% informaram que costumam discutir os problemas da escola com seus colegas. Questionados sobre seus sentimentos em relação à política, apenas 9,5% definiram-se como indiferentes (TABARES; MARQUES, 2022, p. 39-40).

Os pesquisadores concluíram que há um ambiente promissor para a realização de debates políticos e desenvolvimento da participação política. No entanto, os entraves aqui apresentados inibem o envolvimento de grupos que estão progressivamente adaptando-se a formas mais dinâmicas de se ver o mundo (TABARES; MARQUES, 2022, p. 34). Isto é, a ausência de políticas de estímulo à participação juvenil e a manutenção de preceitos tradicionais que ainda tomam o espaço político no Brasil chocam-se com o engajamento de uma juventude que busca autonomia, criticidade e liberdade.

O desafio enfocado por esta pesquisa é o da preparação da juventude escolarizada para adentrar o cenário político do país, no que diz respeito à sua formação no âmbito escolar, visto que sem a formação adequada, prejudica-se o julgamento dos cidadãos em selecionar os melhores líderes para o seu governo, tornando-os mais suscetíveis de serem enganados por líderes tiranos e violentos (GOYARD-FABRE, 2003, p. 64).

Na pesquisa de campo realizada neste trabalho e apresentada na seção 3, por exemplo, será observado que a grande maioria dos estudantes no universo amostral utilizado declarou que a escola em que estudam não os tem preparado para lutar pela democracia e pelo exercício completo da sua cidadania – apenas 3,6% afirmou o contrário –, embora evidente a sua compreensão da necessidade em estudar tais temas – com apenas uma pessoa tendo afirmado que não considera importante estudá-los na escola (Apêndice C). As porcentagens se assemelharam quando questionados sobre outros temas, como por exemplo direitos humanos, em que 96,4% dos estudantes consideram importante estudá-los, com apenas 9,5% deles afirmando que a escola os tem preparado para lutar pela garantia dos seus direitos e das pessoas ao seu redor (Apêndice C).

Dessa forma, com a constatação de que o interesse existe, um dos desafios diz respeito à forma como eles são formados para tanto, já que sem uma educação que lhes proporcione as bases e ferramentas para o exercício do engajamento político, a participação esvazia-se de aplicação prática. Como resultado disso, tem-se estudantes que não se sentem preparados pela sua escola para exercer sua cidadania plenamente – como afirmaram 81% dos estudantes participantes da mencionada pesquisa de campo (Apêndice C).

Nesse ponto, levando em consideração a educação básica como o meio principal de promoção de uma formação política e cidadã, surge a discussão de como ela se orienta para esta formação no contexto atual, e o que pode e deve ser feito para facilitar a superação dos desafios apresentados nesta seção.

2 A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA

Ao tratar dos pressupostos de um regime democrático e as mudanças e o desenvolvimento que o acompanham, Norberto Bobbio destaca que, no que diz respeito à participação política enquanto critério basilar para a sua efetivação, a democracia encara uma das suas “promessas não cumpridas”: a educação para a cidadania (1986, p. 27). Unida aos reflexos do caráter elitista da participação mencionados por Callegari e Mello (2014, p. 42-45), tal promessa enfrenta percalços no envolvimento da população com os rumos e decisões do país.

Assim sendo, hoje, embora o país disponha de uma Constituição Federal que fornece meios e oportunidades de transformação na esfera pública, para que esta seja concretizada e efetivada, é necessário que a população tome parte em um conhecimento que, hoje, permanece restrito a certas parcelas da comunidade. E estas barreiras patrimonialistas e privilegiadoras só podem ser desfeitas por meio das trocas de saberes, da interação entre diferentes camadas sociais, e do favorecimento de uma esfera pública participativa (CALLEGARI, MELLO, 2014, p. 42-43), que possui meios de ser promovida dentro do âmbito da educação básica.

Nesse ponto, a educação é estabelecida como uma das principais formas, senão a principal, de formar indivíduos para que se tornem cidadãos. O atual Plano Nacional de Educação, por exemplo, instituído pela Lei nº 13.005/2014 e vigente desde o ano de 2014 até o ano de 2024, define como uma de suas diretrizes a formação para a cidadania, com ênfase na sua promoção, posição que é reforçada em diversas outras normativas, algumas das quais serão referidas nesta seção.

Entretanto, ao lado da sua essencialidade, observam-se diversos desafios para o cumprimento de tais finalidades, dentre eles as concepções orientadoras da educação brasileira no cenário atual do país e as mudanças que a educação vem enfrentando nos últimos anos, as quais a posicionam como aparato efetivador de uma visão neoliberalista e mercantilista da prática educativa.

2.1 O PAPEL DA ESCOLA ENQUANTO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO POLÍTICA E CIDADANIA PARA A REALIZAÇÃO DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO

No que diz respeito à legislação brasileira no âmbito da educação, ao levar-se em consideração o seu papel no fomento à cidadania e participação política, tem-se a educação básica como o ambiente propício para a concretização destas concepções democráticas, como se observa em normativas como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Tal documento a compreende como um poderoso instrumento, o qual ultrapassa o espaço e o tempo escolares, para proporcionar o exercício de direitos, para “potencializar o ser humano como cidadão pleno”, onde “se constroem, se mantêm e se transformam saberes, conhecimentos e valores” (BRASIL, 2013, p. 16).

Isto é, ela é compreendida como um “alicerce indispensável para a capacidade de exercer em plenitude o direito à cidadania” (BRASIL, 2013, p. 17), visto que é neste contexto em que se constrói e reconstrói a identidade do indivíduo, face a tantas mudanças que são enfrentadas em tal fase da vida.

Referido entendimento é reforçado, ainda, pela Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), que, em seu artigo 22, define como uma das finalidades da educação básica o pleno desenvolvimento do educando e o seu preparo para o exercício da cidadania. Para tanto, determina que os conteúdos curriculares deverão difundir valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática, conforme consta no artigo 27, inciso I.

Foi com vistas ao desenvolvimento dos educandos em cidadania e direitos humanos que o Brasil adotou, ainda, as políticas de Educação em Direitos Humanos (EDH), consolidando-os como um campo específico do conhecimento, a ser implementado na educação básica brasileira, enraizado em um viés emancipatório (ZENAIDE, VIOLA, 2019, p. 94). Referidas políticas, promovidas em âmbito internacional, corroboram com os objetivos elencados nas normativas educacionais à medida em que favorecem a inserção do educando no mundo de forma crítica, tornando-o apto a compreender-se como sujeito histórico e participante da sua realidade social (ZENAIDE, VIOLA, 2019, p. 102).

Assim é estabelecido no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Este documento coloca a EDH como um instrumento de fortalecimento do Estado democrático de direito, apto a enfatizar uma sociedade justa, equitativa e democrática (BRASIL, 2018, p. 13-14)

por meio da promoção dos direitos humanos, considerados enquanto alicerces para a mudança social segundo as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (Resolução nº 1, de 30 de Maio de 2012).

Isso porque a base da formação política dos jovens de uma sociedade é apreendida por meio dos processos de socialização política, os quais ocorrem de formas dinâmicas e participativas, inseridos em complexos contextos, nos quais o jovem deve ser colocado em uma posição protagonista e ativa de engajamento (TABARES; MARQUES, 2022, p. 31) com vistas a fundamentar a sua conduta política. Nesse ponto, a escola surge como um ambiente apropriado para proporcionar tais experiências considerando que nela se concentram grande parte das relações e trocas estabelecidas na vida do jovem escolarizado.

Esta proposta é corroborada pela própria LDB, que determina em seu artigo 3º que o ensino deve ser realizado com vistas a possibilitar o exercício da liberdade dos educandos. No âmbito do ensino médio, a necessidade de promover valores democráticos e cidadãos é ainda mais evidente, posto que se trata de um período que visa a preparação do educando para adaptar-se às novas condições que enfrentará ao terminar seus estudos básicos, especialmente tendo em vista que, com a maioria, reforça-se o exercício dos seus direitos políticos de forma mais concreta e determinante. A LDB, por exemplo, em seu artigo 35, inciso III, define como uma das finalidades do ensino médio, especificamente, a de promover uma formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico no educando.

Para cumprir com o seu papel, portanto, a escola não pode se restringir a funções tradicionais de ensino e transmissão de conhecimento voltados para o mercado de trabalho e a profissionalização sem abrir espaço para práticas democráticas e políticas que visam alcançar a paz e a mudança. Assim, como disposto no texto das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, “por isso mesmo, a educação brasileira deve assumir o desafio de propor uma escola emancipadora e libertadora” (BRASIL, 2013, p. 19). Questiona-se, pois, se este encargo tem sido cumprido de acordo com as promessas e objetivos estabelecidos em tantas normativas que regem a educação básica no Brasil.

2.2 O DISCURSO NEOLIBERALISTA ENRAIZADO NO PROJETO EDUCACIONAL DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

No Brasil, embora as bases normativas visem uma educação voltada à emancipação e libertação por meio do exercício da cidadania e de uma cultura dos direitos humanos, é possível observar um discurso neoliberalista latente no projeto pedagógico da educação básica. Tal constatação verifica-se, principalmente, no ensino médio, especialmente após as reformas pelas quais está passando desde a implementação do Novo Ensino Médio por meio da Lei nº 13.415/2017, que alterou a LDB e estabeleceu uma mudança estrutural neste segmento da educação básica.

Nas últimas décadas, foi possível observar a instituição de um novo modelo de produção nas sociedades capitalistas que, segundo Ivo Tonet (2016, p. 13-14), é caracterizado por uma incorporação evidente da ciência e da tecnologia, e que exige a dominação de conhecimentos específicos e individualizados por parte do trabalhador. Para tornar-se parte deste novo complexo de produção, é necessário desenvolver novas habilidades de resolução de problemas, novas formas de pensar, e com novos instrumentos de trabalho que lhe permitam alternar entre diferentes escopos e funções a fim de manter o giro capitalista em funcionamento. Esta nova marcha do mundo do trabalho atende satisfatoriamente às exigências do capital e permite que a sociabilidade seja regida por este. Isto é, nela, "o indivíduo vale enquanto força-de-trabalho e não enquanto ser humano integral" (TONET, 2016, p. 16).

Para atender a esta concepção, cria-se o discurso da necessidade de adaptação da educação ao mercado de trabalho e às novas formas de produção vigentes no mundo globalizado, disfarçado sob uma roupagem de uma educação voltada ao protagonismo jovem, ao aprimoramento de competências que permitam que o educando seja dono de si e do seu desenvolvimento (SANTOS; MARTINS; 2021, p. 9-12). Segundo Tonet (2016, p. 17) até mesmo este tipo de iniciativas que possuem elementos que, a priori, são incompatíveis com a lógica do capital, são subsumidas a ela. É neste fundamento que se baseiam as críticas levantadas nos últimos anos contra o novo ensino médio implementado em 2017 no Brasil, que é baseado em um modelo pedagógico em que cidadãos flexíveis e trabalhadores autônomos são a nova referência (LAVAL, 2019, p. 29).

Em suma, referido projeto promoveu uma nova organização curricular do ensino médio, mais flexível, e baseada no desenvolvimento de competências, conforme dispõe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), responsável por definir os direitos e objetivos de aprendizagem do

ensino médio (BRASIL, 2018, p. 13). Referida organização leva, pois, em consideração “as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade”, conforme fundamentado pelo Ministério da Educação (MEC)¹. A reforma possui, ainda, itinerários formativos, em que o estudante poderá selecionar as áreas em que pretende aprofundar-se, podendo optar pela formação técnica e profissional (FTP), inclusive. Desse modo, “as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências”, conforme disposto pela BNCC (BRASIL, 2018, p. 13).

Sob o fundamento de “atender às necessidades e às expectativas dos jovens, fortalecendo o protagonismo juvenil” e de “possibilita[r] aos estudantes escolher o itinerário formativo no qual desejam aprofundar seus conhecimentos”¹ apresentado pelo MEC, nota-se um discurso pautado na necessidade de uma nova força de trabalho competente para atuar dentro do controle estabelecido pelo capital (SANTOS; MARTINS; 2021, p. 2). Isto porque esta noção de competências no currículo denota uma “educação de caráter instrumental e sujeita ao controle” (SILVA, 2018, p. 11), voltada à preparação dos indivíduos para se inserirem no mercado de trabalho – o que é repetidamente reforçado na BNCC (BRASIL, 2018, p. 464) – e se adaptarem às mudanças que o capital opera na sociedade, e que, por conseguinte, desconsidera o caráter histórico-cultural e emancipatório da prática educativa.

É possível observar um discurso constante na BNCC acerca da necessidade de que o estudante se adapte ao novo cenário mundial e às demandas da sociedade contemporânea (BRASIL, 2018, p. 462), e que se reconheça enquanto sujeito “resiliente, produtivo e responsável” (p. 14), competente para aplicar conhecimento ao resolver problemas, tomar decisões e buscar soluções. Embora o documento negue a finalidade de profissionalização precoce, dispõe que a preparação para o trabalho sustentada no novo projeto dar-se-á por meio do “desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível”, tornando-os “capazes de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (BRASIL, 2018, p. 465-466).

Verifica-se, portanto, que dentre as finalidades do ensino médio dispostas no artigo 35 da LDB, o novo ensino médio prioriza aquelas que se relacionam à formação para o trabalho. Nesse contexto, a escola não mais constitui local de troca de conhecimentos, de desenvolvimento pessoal,

¹ Vide: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>

integral, de incentivo à arte, à cultura, à convivência humana, aos movimentos sociais e aos direitos humanos. Pelo contrário, o jovem escolarizado tem seu valor medido de acordo com o nível de qualificação adquirido para tornar-se força de trabalho após sair da escola (TONET, 2016, p. 16-17).

Evidencia-se, nestes novos projetos, a constante tensão entre uma educação mais abrangente, que permite ao estudante o contato com as mais diversas trocas de conhecimentos e experiências com vistas ao seu desenvolvimento enquanto ser humano com identidade, e uma educação voltada para a especificidade, em que os estudantes são compartimentalizados em setores do conhecimento, de forma a reproduzir a lógica do mercado e a organização do trabalho (SILVA, 2018, p. 12). Isto é, a lógica neoliberalista transfere a educação da esfera política para a esfera do mercado (SANTOS; MARTINS; 2021, p. 2- 6).

Como resultado, tem-se uma visão utilitária do currículo, que, com a reforma, é agora baseado em “vocações” e articulado com o mercado de trabalho, além de um empobrecimento dos conteúdos apreendidos na escola, de modo que ela “obriga” o estudante a passar por um processo de especialização precoce, sem que antes lhe tenha sido fornecida uma formação basilar para tanto (SANTOS; MARTINS; 2021, p. 9). Práticas como estas reforçam o sistema classista e desigual estabelecido nas sociedades capitalistas e, em lugar de oferecer protagonismo ao jovem, apenas subjuga-o a manter-se dentro dos moldes que a sociedade já o coloca a partir das suas vivências, sua origem, sua classe, raça e condição social.

Esta constatação mostra-se ainda mais evidente quando a Base Nacional Comum Curricular reforça (BRASIL, 2018, p. 468) que a flexibilidade do currículo permitirá que as propostas pedagógicas se adequem às necessidades da realidade local, de modo que se reproduz um aspecto da prática educativa criticado por Paulo Freire no livro “Pedagogia da Esperança” (1992) em que o educador não permite que o educando vá além do contexto em que ele se vê inserido, retirando-lhe a oportunidade de acessar novos conhecimentos e novas visões de mundo. Ressalta-se, ainda, que as escolas poderão escolher quais itinerários ofertar¹, ou seja, embora se afirme o protagonismo do estudante em selecionar a área em que pretende aprofundar-se, este estará limitado ao que for ofertado pela sua escola, mais uma vez concedendo-lhe uma falsa autonomia no seu processo educativo.

Ademais, historicamente, os setores dominantes da sociedade utilizam-se do projeto educativo para manter o seu status de hegemonia sobre a classe trabalhadora, já que ele é visto

como uma atividade que possui custos e, portanto, deve trazer retorno ao mercado, inserindo-o integralmente à lógica econômica (LAVAL, 2019, p. 30).

Referido ponto é abordado por Boaventura de Sousa Santos quando ele discute a dualidade entre regulação e emancipação existente no projeto moderno. Um dos exemplos da hegemonia da primeira sobre a segunda é a predominância da racionalidade cognitivo-instrumental das ciências em relação a outras formas de conhecimento (CHAUÍ; SANTOS, 2014, p. 21-22). Isto é, concebe-se o conhecimento científico como uma forma de obter um destino inexorável à humanidade, com vistas ao progresso imensurável, entretanto incapaz de conceber o presente e as demais experiências proporcionadas por outros saberes. Simultaneamente, este conhecimento não está disponibilizado a todas as camadas sociais de forma equitativa, tornando-se novamente instrumento de poder ao garantir que somente as classes que monopolizam o seu acesso sejam capazes de nele realizar intervenções (SANTOS, CHAUÍ, 2014, p. 26).

Dessa forma, tais políticas beneficiam-se do discurso da educação cidadã para implementar, de forma velada, uma educação pautada em um modo de pensar voltado ao trabalho, à produção, e à subjugação do indivíduo. Segundo Christian Laval, sociólogo francês autor do livro “A escola não é uma empresa” (2019), as novas formas de gestão educacional trazem consigo o intuito de gerir a escola como uma empresa, para que esta se adapte melhor às novas demandas sociais (LAVAL, 2019, p. 236-237), argumento que, não por coincidência, está presente em todos os documentos que fundamentam a reforma do ensino médio brasileiro.

Assim sendo, as novas configurações do ensino médio brasileiro, revestidas de uma roupagem de emancipação e protagonismo, dão sinais de uma educação pautada em concepções tradicionais, dogmáticas e tecnicistas, cada vez mais distanciada de uma prática progressista e traçada em ideais democráticos e participativos.

3 PERSPECTIVAS PARA O APRIMORAMENTO DA FORMAÇÃO POLÍTICA DE JOVENS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A partir do que foi discutido observa-se, portanto, uma disputa de espaço entre uma filosofia de transmissão de valores tradicionais e conservadores nos espaços da escola com vistas à formação para o mercado, e um modelo educativo que reforça uma produção de conhecimento que gera autonomia e criticidade, e um desenvolvimento do estudante enquanto ser humano integral, não somente enquanto instrumento de produção e progresso (TABARES; MARQUES, 2022, p. 34).

Conforme o que foi analisado das normativas educacionais brasileiras, depreende-se que compreender a prática educativa é entendê-la como um recurso que possibilita o exercício de outros direitos por meio do desenvolvimento do estudante enquanto cidadão pleno, e que ultrapassa o espaço e o tempo escolares (BRASIL, 2013, p. 16).

Este trabalho propõe-se, na presente seção, a discutir se e de que forma a educação básica pode aprimorar o desenvolvimento crítico dos jovens quanto à sua participação política a fim de se cumprir o ideal de formação política e cidadã que se estabelece nas normativas que guiam o projeto educativo brasileiro. Para tanto, considera-se essencial que as políticas educacionais se esforcem para a proposição de novas formas de construção de valores democráticos.

3.1 UM NOVO PROJETO EDUCACIONAL: A SUPERAÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA TRADICIONAL E CONSERVADORA

Diante dos novos mecanismos de participação política jovem, para que estas se efetivem no cenário político do país, é imprescindível que as práticas educativas se voltem a concepções democráticas e emancipatórias do ensino, que levem o educando às experiências do debate, à análise de problemas, e a uma verdadeira participação no seu processo formativo (FREIRE, 1967, p. 93).

O próprio texto das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica traz a necessidade de se problematizar a forma como o desenho organizacional da escola se dá atualmente, e a urgência de se debater seus princípios, para uma reinvenção das suas práticas (BRASIL, 2013, p. 16). No entanto, para que a educação cumpra com o papel que dela se espera de formar cidadãos realizados, é necessário que se promova um salto de qualidade que deve alcançar não só as práticas educativas, mas primeiramente as suas concepções orientadoras (LÜCK, 2015, p. 21), de modo a superar a tradição conservadora e mercantilizada da escola brasileira.

Ao analisar as questões paradigmáticas da gestão educacional, Heloísa Lück destaca que tais mudanças devem exceder alterações curriculares e metodológicas no processo educacional e demandar a instauração de novas relações entre as instituições escolares com a sociedade em geral, o que implica em uma transformação nos próprios significados de educação, escola e aprendizagem (LÜCK, 2015, p. 42-43). Esta visão é compartilhada por Paulo Freire (2013, p. 103), que defende a importância de se questionar o plano de fundo da prática educativa, isto é: quem escolhe o que é ensinado, a favor de e contra quem ou o quê o ensino se dá, o papel dos educandos na organização

programática da escola, assim como o de todos os agentes envolvidos na prática educativa – os quais ultrapassam os limites da sala de aula e alcançam a família, a comunidade, e as organizações sociais.

São diversos os autores que defendem a necessidade de um projeto educacional “progressista”, como é chamado por Freire em obras como *Pedagogia da Esperança*, publicada originalmente em 1992. Esta mudança paradigmática da educação deve recusar a perspectiva conservadora e neoliberal (FREIRE, 2013, p. 12) e, em lugar dela, deve visar a promoção do desenvolvimento do potencial humano (LÜCK, 2015, p. 21) e a formação do educando enquanto indivíduo integral através de uma prática educativa democrática.

Na esteira dos autores mencionados destaca-se também Marilena Chauí, que traz a proposição de um novo paradigma a superar o projeto educacional que prioriza a produção de conhecimentos hegemônicos. Para tanto, recorre à ideia do conhecimento-emancipação preconizada por Boaventura de Sousa Santos. Tal ideia constitui-se como fio condutor das ideias deste último pesquisador, que consubstanciam a invenção de novas práticas sociais, políticas, jurídicas, científicas, universitárias. Dentre elas, tem-se a apresentação da ecologia de saberes como instrumento de enfrentamento e superação da concepção de conhecimento na modernidade que legitima formas de dominação e exclusão social e política (CHAUÍ; SANTOS, 2014, p. 20).

Antagônica à sobreposição da regulação instituída pelo capitalismo, a ecologia dos saberes prioriza a emancipação por meio do conhecimento. Por meio dela, enfrenta-se a predominância de saberes hegemônicos e a monocultura do saber a serviço do projeto capitalista para a busca de “novos padrões cognitivos, sociais, políticos e jurídicos articulados de maneira a alcançar a refundação do modo de vida (não só humano) em escala global” (CHAUÍ; SANTOS, 2014, p. 22) que se promovem na autonomia e na integração entre os sujeitos. Assim, defende-se a promoção de alternativas progressistas contra a globalização neoliberal e as exigências do modelo capitalista expostas na seção dois da presente pesquisa.

Para que tais alternativas se consolidem no projeto educacional, Paulo Freire aponta (2013, p. 54-55) a necessidade de se atentar para a forma como conteúdos são abordados na prática educativa, de modo que o ensino seja precedido de uma leitura de mundo, tendo em vista que é necessário que o educando se reconheça enquanto indivíduo e enquanto classe, e que lute contra uma ideologia que o coloca como incompetente e culpado pelos seus fracassos dentro do sistema. Reforça, ainda, que o educador não pode negar o saber da experiência do educando, mas que deve

estimulá-lo a ultrapassá-lo para alcançar novos saberes (FREIRE, 2013, p. 57). Afinal, a educação é fundamental enquanto ato de conhecimento da razão de ser das coisas, e do que é necessário para transformá-las, e não se pode formar indivíduos sem que estes se compreendam “enquanto seres históricos, políticos, sociais e culturais, [e] sem uma compreensão de como a sociedade funciona” (FREIRE, 2013, p. 126). E, segundo defende, o alcance desta compreensão não é possível por meio de um ensino meramente técnico e conservador.

Na obra de Freire, a educação surge como instrumento de libertação do indivíduo, a qual deve vir acompanhada da transformação da sociedade (2013, p. 94). Ele destaca que não se deve esperar por esta última para que se alcance a democratização da prática educativa. Isto é, a transformação e democratização da educação são, também, fator de mudança social (FREIRE, 2013, p.106).

Somente por meio destas práticas progressistas é possível cumprir-se o papel formativo da escola disposto nas normativas brasileiras, tendo em vista que elas se constituem na superação do modelo capitalista para um modelo educacional que busca a emancipação dos sujeitos por meio de uma prática crítica e transformadora.

3.2 A MUDANÇA CURRICULAR NA ESCOLA COMO CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO CRÍTICO E CIDADÃO DOS ESTUDANTES

Embora reconheça-se a necessidade de uma mudança no paradigma que orienta todo o projeto educacional brasileiro, este trabalho compreende que a mudança curricular é uma das fases necessárias para que se alcance tal objetivo primordial. Afinal, “toda política curricular é uma política cultural”, conforme consta nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2013, p. 24), de modo que o currículo reflète a percepção que se tem sobre a educação, a sociedade e o mundo.

Dessa forma, a instituição de um modelo educativo progressista e emancipatório implica no desenvolvimento de práticas que impulsionem os educandos a participar ativamente das lutas sociais que estejam unidas com a transformação radical da sociedade (TONET, 2016, p. 83). Disso, portanto, compreende-se as mudanças curriculares como práticas a possibilitar tais finalidades.

Isso porque estas ações possibilitam a preparação do meio escolar e das pessoas que o compõem – nele incluindo-se, também, os agentes externos à escola – para esta mudança paradigmática. É preciso articular, portanto, alternativas dentro do projeto educacional existente,

para que a renovação das concepções orientadoras da escola se torne fator de mudança social. Em vista disso, o pressuposto proposto pela presente pesquisa é a produção de conhecimentos em direitos humanos e cidadania de forma mais concreta no projeto pedagógico das escolas brasileiras como um meio para que isto se realize.

Nesse ponto, atualmente, o que se observa no contexto brasileiro é que estas temáticas são apresentados apenas como princípios a se seguir, e diretrizes a guiar os conteúdos curriculares da educação básica, conforme se depreende do artigo 27 da LDB, por exemplo. Nota-se que a produção deste tipo de conhecimento é posta apenas de forma transversal e abstrata, não havendo disposições que possibilitem a sua aplicação concretizada. É o que dispõe o próprio artigo 26 da mesma lei, em seu parágrafo nono, ao determinar que estes tópicos sejam incluídos como temas transversais e condicionados à produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino, não havendo maiores especificidades sobre o tema.

No documento das Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, por exemplo, especialmente no âmbito do ensino médio, é possível verificar a defesa de uma escola que reflita “sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando os direitos humanos, individuais e coletivos e as várias manifestações de cada comunidade” (BRASIL, 2013, p. 152), mas não há propostas concretas de inserção de disciplinas ou projetos educativos com foco específico nestas questões.

Em entrevista realizada durante a execução da atividade de campo mencionada nesta pesquisa (Apêndice D), a coordenadora pedagógica da escola na qual as atividades foram realizadas relatou que estes conteúdos são tratados com prioridade nas disciplinas de filosofia e sociologia – embora com foco teórico e conceitual – e que são eixos para as aulas dos professores da escola em geral. São, também, presentes nos temas de redações praticadas pelos alunos, assim como são objetos de visitas, palestras e encontro com profissionais da área. Esclareceu, ainda, que a escola está sempre buscando tratar tais temas com os estudantes de forma mais prática e engajada, mas não existindo projetos permanentes no tema. Quando questionada acerca da possibilidade de inseri-los no currículo escolar concretamente, a coordenadora informou que com o novo ensino médio pode surgir esta possibilidade nas novas disciplinas eletivas e nos itinerários formativos, entretanto não há ainda uma perspectiva concreta sobre tal alternativa. Especialmente tendo em vista que a ministração destes tópicos ficará sujeita não só ao interesse da comunidade escolar em ofertá-los, mas da disponibilidade de profissionais que eventualmente estejam aptos a ministrá-los.

A perspectiva apresentada por esta pesquisa compreende que o ensino destes temas dentro de uma formação contínua, permanente e mais concreta, em lugar de aplicações esporádicas e abstratas, pode prover aos alunos não só um conhecimento da realidade sócio-política do seu país, mas também muni-los dos atributos necessários para que eles sejam partes ativas na mudança de suas vidas e das suas comunidades (BARTON, 2020, p. 188). Referidas práticas possuem o potencial de promover uma visão compartilhada de defesa de direitos e exercício de cidadania dentro do meio escolar.

O que se observa, entretanto, na realidade de muitas democracias estabelecidas é um déficit no conhecimento dos estudantes em temas de democracia e cidadania (DOBOZY, 2004, p. 87). Na mencionada entrevista, por exemplo, a coordenadora pedagógica da escola relatou que percebe um grau de alienação nos estudantes, que preferem não se engajar em assuntos cívicos e democráticos por constantemente associarem à política partidária e aos conflitos que o país enfrenta, não tendo a percepção de visualizar a ampla e diversificada esfera dos estudos em democracia e direitos humanos.

Um estudo realizado pela Indiana University com grupos de adolescentes de quatro diferentes países – Irlanda do Norte, Estados Unidos, Irlanda e Colômbia – que haviam estudado os temas de direitos humanos na escola observou que o seu entendimento de participação na luta por direitos humanos ainda é muito limitado (BARTON, 2020, p. 189). A pesquisadora menciona que, embora eles entendessem as causas de problemas sociais como a pobreza, a sua percepção de como enfrentar tais questões restringia-se a intervenções pessoais como voluntariado ou caridade, por exemplo (BARTON, 2020, p. 197).

Semelhante observação pode ser feita no estudo de campo realizado neste trabalho. Ao fim das oficinas realizadas, ao serem questionados acerca de como poderiam exercer seus direitos na sua comunidade, grande parte das respostas resumiu-se em frases como “respeitando e ajudando o próximo” ou “lutando pelos meus direitos”, tendo 23,9% deles respondido que não se sentem preparados para exercer sua cidadania, mesmo após as oficinas (Apêndice B). Por outro lado, quando questionados acerca de como poderiam contribuir para a vida política da sua comunidade, as respostas discursivas pontuaram de maneira significativa o interesse em aprofundar-se mais sobre o assunto, adquirir mais conhecimento e difundi-lo a outras pessoas (Apêndice B).

Atualmente, constata-se a existência de alguns projetos de lei como o de número 1655/22² (BRASIL, 2022), que determina a inserção de um componente obrigatório de EDH na formação dos profissionais da educação – embora mantenha o conceito da sua aplicação transversal nas escolas –, e o de número 3380/2015³ (BRASIL, 2015), já aprovado pelo Senado Federal e atualmente em trâmite na Câmara dos Deputados, que propõe a inserção da disciplina de direito constitucional de forma obrigatória nos currículos dos ensinos fundamental. Além disso, é possível tomar-se o exemplo de projetos internacionais como o “Civics and Citizenship Education” (CCE)⁴, instituído no currículo das escolas australianas que determina o ensino de temas cívicos e relacionados à democracia do país (ZYNGIER, 2012, p. 5). Tais medidas permitem o início de uma discussão necessária ao projeto educacional brasileiro.

3.2.1 O estudo de campo realizado no Colégio Estadual Herculano Faria da cidade de Barreiras: resultados e reflexões

O estudo de campo levado a cabo como parte das reflexões produzidas neste trabalho foi objeto de um projeto de extensão intitulado “Direitos Humanos e Cidadania: Realização de Oficinas Voltadas à Educação Básica de Barreiras”, cadastrado junto à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Oeste da Bahia sob o código PJ021-2022 pelo Centro das Humanidades.

As atividades foram realizadas no Colégio Estadual Herculano Faria da cidade de Barreiras, selecionada em razão do foco que a instituição tem no ensino médio e da pré-disposição em realizar projetos no âmbito dos direitos humanos e cidadania. A ação ocorreu ao longo do semestre 2022.2, entre 01/07/2022 e 30/11/2022, e consistiram na realização de quatro oficinas com temáticas pertinentes ao âmbito de direitos humanos e cidadania, sendo estas: Direitos Humanos, Democracia e Cidadania, Direito à Igualdade e Direito à Liberdade, com um universo amostral de quatro turmas do segundo ano do ensino médio da escola.

As dinâmicas consistiram em atividades com o uso de metodologias ativas e participativas – apresentações, encenações, competições e trabalhos manuais, em grupo – realizadas pelos próprios estudantes voltadas a tópicos específicos dentro do conteúdo principal, em que eles tiveram a oportunidade de apreender novos conceitos nestes âmbitos. A primeira oficina relacionou

² Vide <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2328532>

³ Vide <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2024319>

⁴ Vide https://www.civicsandcitizenship.edu.au/cce/about_civics_and_citizenship_education,9625.html

o período da pandemia do Covid-19 com os direitos à educação, ao trabalho, ao lazer e à saúde, por meio de uma discussão acerca dos seus conceitos e de como foram afetados no período pandêmico; a segunda foi trabalhada por meio de uma simulação de uma eleição em que os estudantes se candidataram aos cargos de presidente e parlamentar, realizaram as respectivas campanhas e exerceram o seu direito de voto, com foco na importância de se estudar as propostas, campanhas e cargos em evidência durante os períodos eleitorais; a terceira oficina tratou o direito à igualdade com o uso de livros de ficção que abordavam temas de raça, sexualidade, acessibilidade e gênero; a última, por sua vez, abordou o que é permitido e proibido dentro de 4 modalidades do direito à liberdade: de expressão, de religião, de informação, e de ir e vir.

Estas dinâmicas foram seguidas de momentos de discussão entre a turma em que eles compartilharam suas experiências e opiniões sobre os temas, e puderam refletir sobre as novas questões aprendidas durante a dinâmica, bem como conceitos do campo do Direito que desconheciam, além de debater sobre o impacto destas temáticas na sua realidade local, regional e nacional.

Foi aplicado, ainda, um questionário anteriormente ao desenvolvimento das oficinas e outro após a sua finalização, bem como questionários diários após cada oficina para avaliar as percepções dos estudantes sobre os temas debatidos imediatamente após o tratamento de cada um deles. Nestes últimos, ao serem questionados sobre a importância do que foi trabalhado, houve uma quantidade significativa de respostas afirmativas, conforme se observa no apêndice C. Da mesma forma, foi possível constatar um interesse prevalente entre eles, que em mais de uma ocasião manifestaram estarem aprendendo sobre aqueles tópicos pela primeira vez de forma tão concreta e aplicada. Isso se reflete nos questionários diários à medida em que eles foram perguntados se consideravam que os conhecimentos ali produzidos eram úteis para que eles exercessem aqueles direitos. As porcentagens do “sim” foram de 90,5%, 82,1%, 86,7% e 92,6% respectivamente (Apêndice C).

Outra constatação nesse sentido mostrou-se a partir dos questionários aplicados anterior e posteriormente ao desenvolvimento das oficinas do projeto. Previamente à experiência, os estudantes em sua maioria – 53,4% – responderam que não se sentem preparados para exercerem sua cidadania no meio em que vivem, participando da vida política da sua comunidade e lutando por direitos. Posteriormente à aplicação da última oficina, com a aplicação do último questionário, esta porcentagem diminuiu, de modo que 76,1% de estudantes afirmaram que, após a experiência e o contato com os temas discutidos, passaram a se sentir mais aptos para tanto (Apêndice B).

Por outro lado, quando perguntados se a escola os prepara para exercer os direitos discutidos, as respostas predominantes foram o “não” e o “talvez”, com destaque para a oficina sobre democracia e cidadania, em que 81% dos alunos responderam negativamente (Apêndice C). Referida porcentagem permite uma reflexão acerca da importância – ou ausência dela – que se tem dado a temas como democracia e direitos políticos no currículo escolar brasileiro. Durante o debate na oficina em questão, os estudantes pontuaram que ainda não haviam tido nenhuma experiência como aquela sobre este tópico em específico, de modo que muitos deles não entendiam conceitos básicos de política e estavam aprendendo-os pela primeira vez. Frise-se: estudantes incluídos na faixa etária entre 15 e 22 anos (Apêndice B). Ademais, relataram que embora estivessem aprendendo sobre democracia na matéria de sociologia naquele período, o conteúdo abordado resumia-se a escolas e vertentes teóricas, não alcançando o viés prático e concreto aliado à realidade deles, o que confirma a hipótese levantada de que o currículo atual possui enfoque essencialmente teórico.

Em vista das constatações acima, no bojo do universo amostral do estudo de campo, este trabalho propõe a inserção dos temas pertinentes a direitos humanos e cidadania de forma contínua e expansiva, com vistas a um certo nível de complexidade, a permitir que os estudantes vão além da sua esfera social e compreendam como podem, efetivamente, participar politicamente da sua comunidade e do seu país (BARTON, 2020, p. 206-207). Esta perspectiva pressupõe o estímulo a um processo formativo, conforme defendido por Vera Maria Candau (2008, p. 291-292), e aqui se reafirma a necessidade da inclusão concreta destes conteúdos no currículo escolar. Ela enfoca o termo “processo” porque este pressupõe uma série de atividades e medidas a serem postas em prática, por meio de metodologias ativas e participativas e a promoção do diálogo entre os agentes (CANDAU, 2008, p. 293).

Conforme já argumentado nesta subseção, ações pontuais não produzem efeitos significativos a longo prazo. Isto é, o contato permanente e concreto com tais temas permite ao estudante de ensino médio produzir conhecimentos que serão essenciais à formação de uma visão de mundo coletiva e plural, e ao seu papel enquanto agente ativo da sua comunidade e da vida política do país. Este engajamento dentro da escola permite o fomento à participação política quando o indivíduo se reconhece também em ambientes exteriores a ela e compreende o seu papel dentro das relações sociais, políticas e culturais, incrementando o seu senso de pertencimento enquanto cidadão (LAVALLE, 2011, p. 38). Como resultado, é fortalecida a formação da sua

identidade política dentro do meio em que é inserido, contribuindo-se para a realização dos ideais democráticos de participação popular, o que se torna possível desde que estes temas estejam sistematicamente incluídos como política pública de educação nacional para o fomento a uma educação progressista e cidadã.

4 CONCLUSÃO

A participação política é valiosa em si mesma, porque representa dois dos valores basilares da democracia: autodeterminação e inclusão (LAVALLE, 2011, p. 5), mas também é valiosa enquanto meio para atingir um fim: a emancipação social e política dentro de um Estado democrático. Assim, pensar a democracia é pensar também em formas de viabilizar o seu exercício (TEIXEIRA, 2010, p. 54) para que o governo não caia em fórmulas oligárquicas e seja, de fato, exercido pelo povo.

É por isso mesmo que um regime democrático no qual os cidadãos não exercem a discussão e o engajamento políticos tem frustrado o seu pressuposto basilar. No entanto, o histórico de conflitos políticos e corrupção no Brasil permanece assumindo novas formas e reproduzindo sistemas antigos de insegurança política. Isso se reflete de forma significativa na população jovem.

As reflexões na seção 1 deste trabalho permitem levar a conclusões de que há interesse da população jovem em engajar-se nos temas políticos do país. Entretanto, questiona-se até que ponto esta participação se apresenta de forma efetiva no cenário político, já que a sensação de impotência e insignificância cresce em um grupo que se vê, ainda, em processo de aprendizado e inserção gradual na vida adulta e no exercício pleno de sua cidadania. Assim sendo, para que a participação jovem não se reduza a um conceito meramente pedagógico, é essencial a criação de políticas públicas que estimulem e consolidem o seu engajamento político.

Todavia, sem uma educação voltada a este propósito e que lhes proporcione as bases e ferramentas para que seja exercida, limitam-se as possibilidades de uma participação política com efetividade, concretude e resultado, tornando-a mero conceito abstrato e sem aplicação prática. Eis, então, a falha apontada pelos autores referenciados neste trabalho no que diz respeito à construção da democracia: a falta de preparação social, política e intelectual do povo para movimentar-se, ocupar o espaço público, e exercer o governo que é depositado em suas mãos.

Dessa forma, ao levar-se em consideração que um Estado democrático deve se pautar em práticas cidadãs e participativas, e contar com um povo preparado para atuar ativamente nos rumos

do país, é inegável o papel da educação básica, concretizada no ambiente escolar, para que tais finalidades sejam alcançadas de forma satisfatória. As normativas aqui apresentadas, bem como as referências discutidas, fundamentam a compreensão do papel da educação básica em um Estado democrático. E em meio a um período tão significativo no cenário político atual do Brasil, é imprescindível que o projeto educacional vise a promoção da emancipação e autonomia dos sujeitos.

Assim sendo, diante das novas mudanças no projeto do ensino médio, é imprescindível levar em consideração que o modo como se constitui a educação em um país está diretamente ligado ao tipo de sociedade que se pretende construir (TONET, 2016, p. 24), afinal, “o conhecimento não é uma simples representação do real, mas uma forma de intervenção no mundo” (SANTOS, CHAUI, 2014, p. 26-27). Logo, tomar parte na prática educativa significa refletir acerca das perspectivas que a orientam e como elas têm sido concretizadas nos projetos pedagógicos das escolas. Não há concretude, portanto, no texto normativo que fala em uma educação “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” – nos termos do artigo 2º da LDB –, que permita a construção de identidade do educando e o prepare para o exercício da cidadania, que busque fortalecer o Estado democrático de Direito e uma sociedade igualitária, justa e democrática, enquanto a prática pedagógica estiver pautada primordialmente em ideais neoliberalistas e capitalistas de produção e promoção do trabalho.

Assim, em um cenário de globalização excludente, violenta e desigual, a formação para a cidadania irrompe como um projeto esperançoso de transformação social. Isso porque a educação é âmbito de transformação de saberes, conhecimentos, valores e pessoas, e possibilita, portanto, a socialização do jovem para que este se torne indivíduo apto a conviver em sociedade enquanto participante ativo do seu curso e integrante de luta pela transformação social. Esta mudança paradigmática proposta permite se pensar numa população jovem crítica e capacitada para participar politicamente dos rumos do país.

Entretanto, existem algumas limitações e desafios para se superar os discursos autoritários arraigados na atual política educacional. Para tanto, o surgimento de novos discursos que sejam progressistas deve ocorrer simultaneamente a práticas democráticas (FREIRE, 2013, p. 66). Assim dizendo, para que se realize uma transformação do modo de pensar mais concreta numa dinâmica cultural já estabelecida e enraizada no âmbito educacional do país, os membros desta rede devem estar inseridos em um ambiente que possibilite essa mudança acontecer. Para tanto, alcançou-se a

conclusão de que as atividades de produção de conhecimentos em direitos humanos e cidadania, quando pontuais e transitórias, são efetivas para despertar a curiosidade e o interesse dos educandos, mas insuficientes para que estes apreendam formas efetivas e concretas de exercer a sua cidadania e seus direitos. Tal constatação foi compartilhada pela coordenadora entrevistada após a realização do estudo de campo, que declarou haver um despertar do interesse dos alunos sempre que são realizadas ações dentro destes temas, inclusive após o projeto em questão. Entretanto, sem uma discussão contínua, o aprendizado permanece limitado.

Portanto, deve-se ter em mente que o projeto educativo de um país tem tanto as suas bases quanto as suas finalidades assentadas em princípios e concepções que se estabelecem dentro de uma sociedade acerca do modo como as relações e interações entre o cidadão e a história devem se dar. Dentro de um Estado democrático como o Brasil, cabe ao projeto educacional cumprir com a tarefa tão importante de estabelecer um novo currículo escolar, que efetivamente forme indivíduos conscientes, comprometidos com a realidade de suas comunidades, e munidos do conhecimento e criticidade necessários ao exercício de uma cidadania plena, efetiva, e emancipatória, para muito além do contexto do mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação, 10ª edição. São Paulo: Atlas. Grupo GEN, 2012. 9788522478392. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478392/>>. Acesso em: 2021 ago. 25.

BARTON, Keith C. Students' Understanding of Institutional Practices: The Missing Dimension in Human Rights Education. *American Educational Research Journal*, 57(1), 188–217. 2020. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.3102/0002831219849871>>. Acesso em 3 out. 2022.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia (uma defesa das regras do jogo). Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. 171 p.

BONAVIDES, Paulo. Teoria Constitucional da Democracia Participativa (por um direito constitucional de luta e resistência, por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade). 1 ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1.655, de 2022. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH) a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições. Brasília: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2328532>>. Acesso em 22 nov. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.380, de 21 de outubro de 2015. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre os currículos da educação básica. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2024319>>. Acesso em 16 nov. 2022.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 3 ed., 2018, 50 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN42010.pdf?query=AGR>. Acesso em 30 nov. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acesso em 3 nov. 2022.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. In: Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun.

BRASIL, Lei nº. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a reforma do ensino médio brasileiro, Brasília DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 out. 2022.

CALLEGARI, José Antonio; MELLO, Marcelo Pereira De. Controle Social o Estado: modificações e acomodações na esfera pública brasileira. In: NEVES, Edson Alvisi; FERNANDES MONICA, Eder; HANSEN, Gilvan Luiz. (Org.). Democracia, estado de direito e cidadania: enfoques e reflexões. Niterói: Light, 2014, v. 1, p. 39-48.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação em Direitos Humanos: questões pedagógicas. In: Eduardo C. Bittar. (Org.). Educação e Metodologia para os Direitos Humanos. 1ed. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2008, p. 285-298.

DOBOZY, Eva. Education in and for Democracy and Human Rights: Moving from Utopian Ideals to Grounded Practice. 401 p. Doctor of Philosophy. Murdoch University. Perth, Australia. 2004. Disponível em: <<https://researchrepository.murdoch.edu.au/id/eprint/23/>>. Acesso em 15 out. 2022.

FERNANDES, Eder. Neoliberalismo, Arranjos Democráticos e Novas Configurações dos Poderes no Brasil. In: NEVES, Edson Alvisi; FERNANDES MONICA, Eder; HANSEN, Gilvan Luiz. (Org.). Democracia, estado de direito e cidadania: enfoques e reflexões. Niterói: Light, 2014, v. 1, p. 75-90.

FLICK, Uwe. Introdução à Metodologia da Pesquisa: Um Guia Para Iniciantes. Porto Alegre: Penso. 2013.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOYARD-FABRE, Simone. O que é democracia? A genealogia filosófica de uma grande aventura humana. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 365 p.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? In: Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/HMpC4d5cbXsdt6RqbrmZk3J/?lang=pt>>. Acesso em 3 out. 2022.

HANSEN JÚNIOR, Gilvan Luiz; HANSEN, Gilvan Luiz. Democracia, Estado de Direito e fundamentalismo. In: NEVES, Edson Alvisi; FERNANDES MONICA, Eder; HANSEN, Gilvan Luiz. (Org.). Democracia, estado de direito e cidadania: enfoques e reflexões. Niterói: Light, 2014, v. 1, p. 155-166.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa. 2 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 288 p.

LAVALLE, Adrián Gurza. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: PIRES, Roberto Rocha C.. (Org) Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011. p. 33-42.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina da S. Metodologia Científica. Porto Alegre: SAGAH, 2019. E-book. ISBN 9788595029576. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

LÜCK, Heloísa. Gestão Educacional: Uma Questão Paradigmática. 12 ed. vol. 1. Petrópolis, RJ: Vozes. 2015. Série Cadernos de Gestão.

Novo Ensino Médio - perguntas e respostas. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>. Acesso em 27 out. 2022.

ODAR, Reynaldo Mario Tantaleán. Tipología de las Investigaciones Jurídicas. Derecho y Cambio Social. Ano 13, n° 43, 2016. ISSN: 2224-4131. Disponível em: <<https://revistas.upagu.edu.pe/index.php/AV/article/view/173>>. Acesso em 01 out. 2022.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Cristiano Lange Dos. Protagonismo Juvenil: Reflexões Jurídico-Filosóficas acerca da Participação das Juventudes no Agir Político Contemporâneo. REJUR - Revista Jurídica da UFERSA. Mossoró, v. 4, n. 8, jul./dez. 2020, p. 171-189. Disponível em: <<https://periodicos.ufersa.edu.br/rejur/article/view/9766>>. Acesso em 13 out. 2022.

SANTOS, Franciele Soares dos; MARTINS, Suely Aparecida. Novo ensino médio: consequências e perspectivas para a formação dos jovens. Revista Pedagógica, v. 23, p. 1-27, 2021. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5786>>. Acesso em 13 out. 2022.

SILVA, Monica Ribeiro. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. Educação em Revista, v. 34, e 214130, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/V3cqZ8tBtT3Jvts7JdhxxZk/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 13 out. 2022.

SPOSITO, Marília Pontes; TARÁBOLA, Felipe De Souza; GINZEL, Flávia. Jovens, participação política e engajamentos: experiências e significados. Linhas Críticas, 27, e36719. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36719>>. Acesso em 13 out. 2022.

TABARES, Camila de Vasconcelos; MARQUES, Rodolfo Silva. O Debate Político entre Jovens: A Construção de Valores Políticos nos Institutos Federais. Revista Debates, Porto Alegre, v. 16, n.2, p. 29-44, mai.-ago. 2022. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/debates/article/view/126154>>. Acesso em 13 out. 2022.

TEIXEIRA, Ricardo Augusto de Araújo. Tomando decisões democráticas: uma reflexão sobre direito e política. Belo Horizonte. Meritum. vol. 5. n. 2. p. 53-88. Jul/dez 2010. Disponível em: <<http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/1055>>. Acesso em 13 out. 2022.

TONET, Ivo. Educação contra o capital. 3 ed. amp. São Paulo. 2016. 181 p.

VIOLA, Solon Eduardo Annes; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educação em Direitos Humanos na América Latina e Brasil: princípios e desafios em tempos de restrição de direitos. REVISTA INTERDISCIPLINAR DE DIREITOS HUMANOS, v. 7, p. 85-105, 2019. Disponível em: <<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/661>>. Acesso em 10 out. 2022.

ZYNGIER, David. Rethinking the Thinking on Democracy in Education: What Are Educators Thinking (and Doing) About Democracy? Education Sciences. 2012; 2(1). p. 1-21. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2227-7102/2/1/1>>. Acesso em 22 nov. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A

LISTA DE MEMBROS EQUIPE EXECUTORA DO PROJETO DE EXTENSÃO “DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: REALIZAÇÃO DE OFICINAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO BÁSICA DE BARREIRAS”

Coordenação

Profa. Dra. Maria Victória Braz Borja Rodrigues

Monitoria

Nikolle Cardoso Almeida

Alunos Graduação

Ana Paula Barbosa Campos

Nikolle Cardoso Almeida

APÊNDICE B

TABULAÇÃO DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS ANTERIOR E POSTERIORMENTE À REALIZAÇÃO DAS OFICINAS

QUESTIONÁRIO ANTERIOR ÀS OFICINAS DE DIREITO E CIDADANIA NO COLÉGIO ESTADUAL HERCULANO FARIA

Prezados(as) estudantes, estaremos realizando algumas oficinas sobre direitos humanos e cidadania com as turmas de ensino médio da sua escola, e para isso preciso coletar algumas informações com vocês sobre o seu conhecimento e envolvimento com esses temas. Ressalto que a sua privacidade será garantida quanto às respostas que forem dadas neste questionário.

A. Em que série você está atualmente?

- 9º ano do ensino fundamental 1º ano do ensino médio 2º ano do ensino médio
 3º ano do ensino médio

B. Quantos anos você tem?

- 13 14 15 16 17 18 19 20 21

C. O que você entende por direito à liberdade?

D. O que você entende por direito à igualdade?

E. Com quantos anos você votou em alguma eleição pela primeira vez?

- 16 17 18 19 20 21

F. Se nunca votou, com quantos anos pretende votar?

- 16 17 18 19 20 21

G. Você se sente preparado(a) para exercer sua cidadania no meio em que vive, participando da vida política da sua comunidade e lutando por direitos?

- Sim Não

H. Se sim, como tem feito isso?

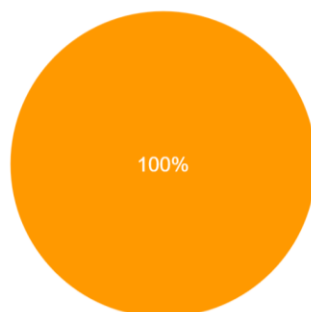
I. De que formas a escola em que você estuda tem te incentivado a se envolver em temas e projetos sociais?

Agradeço pela sua valiosa contribuição.

Nikolle Cardoso Almeida

Graduanda no Curso de Direito da Univerisdade Federal do Oeste da Bahia

A. Em que série você está atualmente?

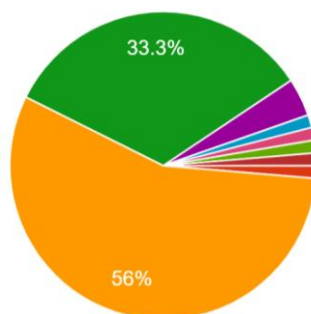


- 9º ano do ensino fundamental
- 1º ano do ensino médio
- 2º ano do ensino médio
- 3º ano do ensino médio

2º ano do ensino médio - 75 respostas

B. Quantos anos você tem?

75 respostas



- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22

14 - 0 respostas
 15 - 1 resposta
 16 - 42 respostas
 17 - 25 respostas
 18 - 3 respostas
 19 - 1 resposta
 20 - 1 resposta
 21 - 1 resposta
 22 - 1 resposta

C. O que você entende por direito à liberdade?

74 respostas

- Nada.
- Ser livre.
- Acredito que cada um pode ser livre para fazer o que bem entender, tanto em escolhas quanto seu corpo.
- Tudo aquilo que me é garantido perante a lei. A capacidade de fazer tudo que seja lícitamente permitido.
- O direito de fazer o que quiser, e responder pelos seus atos.
- Todo indivíduo tem direito à liberdade, sendo de expressão e opinião, tendo o direito de difundir e receber sem consideração de fronteiras, ideias e informações por qualquer meio de expressão.
- Em sentido amplo, a liberdade seria a capacidade de fazer e não fazer tudo o que seja lícitamente permitido.
- Direito a liberdade de votar, direito de dar sua opinião, direito a fazer suas próprias escolhas etc.
- Ter a liberdade de fazer o que quiser, dentro da lei.
- A capacidade de fazer e não fazer tudo o que seja lícitamente permitido.
- Liberdade é o direito de livre expressão, contanto que não interfira na liberdade da outra.
- Que todos têm direito à liberdade de opinião e expressão.
- Ter direito de expor suas opiniões, determinações, autonomia e independência.
- Ser livre, ter direito pra tomar suas próprias decisões, poder fazer tudo aquilo que tem vontade.
- Capacidade de fazer e não fazer tudo que seja permitido.
- Direito de ter uma liberdade, de decidir a minha escolha sem opinião e julgamento de ninguém.
- Liberdade de escolha e opinião.
- É poder fazer o que quiser sem se preocupar, é realizar seus objetivos, se expressar como quiser.
- Poder dizer e fazer o que quiser sem sofrer opressão.

- Todos temos direito a ser libertos a fazer o que quisermos.
- Nada.
- O direito da liberdade consiste em ter direito a votar para quem se sentir bem, e fazer o que te der vontade no momento de sua preferência.
- Fazer o que quiser.
- A pessoa ter a liberdade, liberdade de votar, liberdade de você ter sua própria opinião e impor ela.
- Fazer o que quiser sabendo das suas consequências e fazendo por vontade própria.
- Que todos temos o direito de ser livre e de decidir o que quer para a vida.
- Direito de ir e vir e o livre arbítrio de poder fazer o que quiser.
- Não muito.
- Ter direito de ser livre para fazer o que quiser, de acordo com as leis, sem interferência da sociedade e julgamento alheios.
- Ser livre para ir e vir conforme as leis.
- Nada.
- Livre arbítrio, direito de fazer algo.
- Entendo que a pessoa tem um direito livre de pensar e agir.
- O meu direito de ir e vir, expor a minha opinião e pensamento, estando de acordo com a lei.
- A capacidade de fazer ou não fazer tudo o que seja lícitamente permitido.
- É poder fazer o que você quer dentro da lei.
- Quando se é livre para fazer o que faz parte do seu direito.
- Sim.
- Entendo que somos seres livres e temos o direito à liberdade por isso.
- É ser quem você é.
- Todos devem ter o direito de ser livre e fazer o que quiser desde que respeite as leis.
- Liberdade para ser/viver quem é.
- Que temos direito na fala, de expressar opinião e o direito do que queremos.
- Incluir a liberdade de sem interferência ter opiniões de procura receber
- Ter direito de ser quem você é.
- É um direito que deve ser obtido por todos e que todos precisam.
- Para mim direito à liberdade é quando a pessoa tem direito de escolher o que quer fazer.
- Que todos temos o direito de nos expressar, fazermos o que quiser e onde quisermos.
- Todas as pessoas terem seu direito de ir e vir de forma igual, honesta e sem prejudicar terceiros.
- Direito humano dos cidadãos.
- Ser livre para fazer o que quiser com algumas leis.
- Bastante, mas nunca 100% de algum assunto. "Temos sempre a aprender". Maurício Cortella.
- Que cada um pode se expressar da forma que quiser, contando que não ofenda ou desrespeite o próximo.

- Entendo que todos somos livres para fazermos nossas escolhas, por tanto temos o direito desde que nascemos.
- É o direito de ser livre para tomar suas próprias atitudes.
- É as pessoas e a sociedade ter o direito de expressar a sua maneira de pensar com a liberdade de opinião.
- Eu entendo que temos direito a tudo, direito de vim e ir para qualquer lugar, fazer o que agente pode fazer e etc.
- Direito de um cidadão ou sociedade de não ser submetido a quaisquer força constrangedora ou moral, além do direito de se expressar.
- É você fazer o que gosta perante as leis.
- É você ser livre para fazer o que quiser, opinar nas suas escolhas, direito de ir e vir.
- Todo indivíduo tem direito a liberdade de opinião e de expressão, a capacidade de fazer e não fazer tudo que seja licitamente permitido.
- O direito de liberdade eu vejo como se eu quiser me expressar sendo branco, preto, gay, homem ou mulher. eu ter o direito de ser quem eu quiser.
- Direito à liberdade é quando possui o direito de opinar por suas escolhas, direito de ir e vir e de se expressar de maneira "aberta".
- Direito a exercer sua cidadania, expressão entre outras coisas relacionadas a esta.
- Ter o direito de mostrar nossas ideias, ter o direito a mostrar nossa opinião sobre algo, e também ter o direito de poder estar em qualquer lugar.
- O que o indivíduo precisa ter é opinião e expressão para ter o direito a liberdade.
- É a população ter o direito de expressar sua opinião, e os seus pensamentos.
- Que todos temos o direito a liberdade se estiver dentro da lei. Por esse motivo provavelmente foi criada algumas leis.
- Entendo que é liberdade por direito que cada ser humano tem por si.
- Entendo que o direito à liberdade seria o direito de ir e vir, falar o que quiser, se expressar como quiser e tais...
- Poder fazer o que quiser portanto que respeite as leis.

D. O que você entende por direito à igualdade?

73 respostas

- Nada.
- Nada.
- Bom todos temos que respeitar uns aos outros, acho que a igualdade tanto de gênero quanto em outros quesitos.
- Direito a tratamentos iguais, independente de etnias, religião e posição social.
- Dar amparo as pessoas para que elas tenham oportunidade de exercer sua liberdade
- Todos são iguais, sem distinção de qualquer natureza. Os direitos devem ser igualados: direito à vida, a segurança, propriedades, etc.

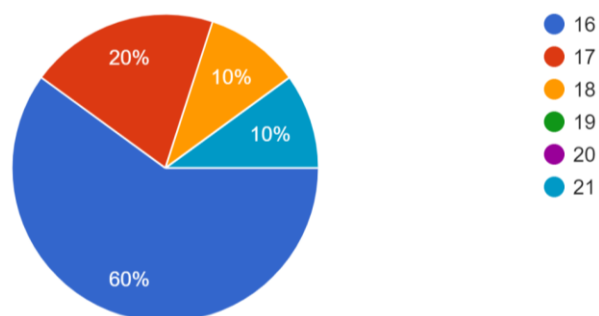
- O princípio de igualdade de direito significa que as necessidades de cada pessoa têm igual importância.
- É o direito que temos da igualdade para todos, direitos iguais para todos, que na minha opinião ainda falta muito para ser exercido como é falado e acabar com a desigualdade do nosso país.
- A pessoa ser o que ela quiser sem a opinião de ninguém.
- As necessidades de cada pessoa têm igual importância, que essas necessidades devem constituir a base da planificação das sociedades.
- Igualdade é algo que se dá de forma igual há todos
- A maneira de garantir que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades de participação.
- Direito a todas as pessoas independente de cor, raça, sexualidade e seu padrão social.
- As pessoas terem os mesmos direito, serem beneficiados em todos os sentidos da mesma forma.
- É o direito que dá capacidade de que todos tem os mesmos direitos.
- A opção do outro. sem poder escolher e ouvir a sua decisão
- Em que todos em conjunto tenham uma decisão onde todos saiam ganhado.
- Somos todos iguais, mesmo com condições diferentes, cores de pele diferentes sendo que cada um temos nossos próprios direitos nossa própria vida.
- Que todas as pessoas merecem os mesmos direitos e não sejam tratados com indiferença.
- Eu entendo que a pessoa pode ir e vir como qualquer outro sem exercício de cor, raça ou sexualidade.
- Mesmas oportunidades.
- Você ter o mesmo direito da mesma pessoa que está ao seu lado, se eu posso ela também pode.
- Igualdade a todos, todos no mesmo barco, mesma cor, raça e gênero.
- Não querer ser melhor que os outros por ter mais condições.
- Que todos devem ter a mesmas justiça.
- Ter os mesmos direitos independente do sexo ou cor.
- Que todos merecem os mesmos direitos.
- Justiça e respeito.
- Todos têm o direito de ter e poder, fazendo o que gosta sem distinção de raça, cor e classe social, tendo as mesmas oportunidades.
- Ter os mesmos direitos que outros indivíduos.
- Nada.
- Direito de cidadão.
- Não ser tratado de forma desigual pelas minhas características, salvo se for necessário por alguma condição específica, mas nunca para ter privilégios.
- Eu entendo que somos iguais mediante ao diverso sistema da sociedade.
- É todos termos os mesmos direitos.
- Quando ninguém se é prejudicado e são tratados igualmente.

- Que todos tem que ter a mesma igualdade, independente do que seja.
- Todos têm a mesma oportunidade.
- Que temos o direito de fazer coisas que os demais fazem.
- É ter os mesmos direitos.
- Ter o direito de da sua opinião, expressar suas ações e ideias.
- Direitos iguais para todos.
- Que não importa cor, gênero, orientação sexual, de onde é.
- As necessidades de cada pessoa têm igual importância
- Todos ter os mesmos direitos.
- Direito de receber o mesmo de todos independente das diferenças.
- Direito à igualdade é o direito de que todos tem que trata todo muito como igual não importa como é a pessoa temos que tratar todos igualmente.
- Que independente da cor, sexo ou religião a igualdade tem que ser posto por todo principalmente por respeito.
- Todos terem acesso as mesmas coisas no mínimo os essenciais.
- Mesmas leis e regras imposta a todos independente de genero ou raça.
- Todos terem direitos iguais.
- Bastante. "A igualdade deve prevalecer acima de tudo.
- Que assim como uma pessoa de boa renda pode ter direito de trabalhar, uma de baixa renda também possa.
- Entendo que as necessidades das pessoas tem igual importância, por tanto a igualdade se torna um direito.
- Igualdade é todos terem os mesmos direitos para realizarem o que for.
- É ter o mesmo direito como outra pessoas, seja ela homem, mulher, preto, branco e outros.
- Eu entendo que é o direito que todo mundo tem e que eu também posso ter.
- Ao nascer todos tem direitos iguais, independente de classe social etnia ou condições física.
- É que todos ter sua propria ideia, fazer o que sente bem e que toda sociedade independente se for pobre ou rico ter direitos de ter um emprego, lazer, etc.
- Que todos tem direitos iguais, independentemente de quem seja. Participar das votações políticas, etc.
- Que todos merecem o mesmo direito, sem exceção de cor, raça, condição financeira.
- Eu penso que seja o direito de ter e receber o mesmo que qualquer pessoa se eu trabalho em um cargo que uma mulher devemos receber igualmente ter o mesmo direito que qualquer um.
- Igualdade é quando todos possuem os mesmos direitos e os mesmos deveres na sociedade.
- Entendo o direito à igualdade como sendo algo igual debaixo da lei. "todos são iguais perante a lei".
- Que todos nos somos iguais independente da cor que for, todos nós temos os mesmos direitos que o próximo tem.
- É queas necessidades de cada pessoa tem igual.

- É as pessoas ser tratadas igualmente, tanto os brancos ou pretos, pobres e ricos, deve ser tratados iguais.
- Varia muito, a igualdade na sociedade são os direitos igualitários.
- Ter o mesmo direito que todos têm.
- Todos nós temos o direito de se expressar igualmente.

E. Com quantos anos você votou em alguma eleição pela primeira vez?

10 respostas



16 - 6 respostas

17 - 2 respostas

18 - 1 resposta

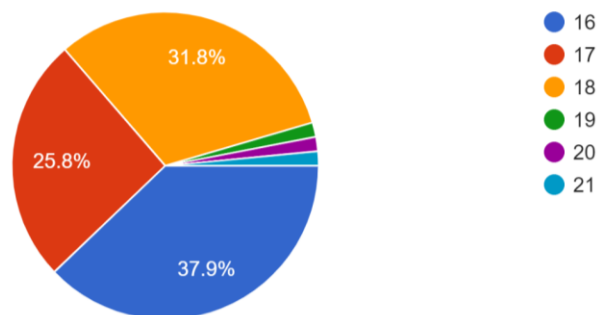
19 - 0 respostas

20 - 0 respostas

21 - 1 resposta

F. Se nunca votou, com quantos anos pretende votar?

66 respostas



16 - 25 respostas

17 - 17 respostas

18 - 21 respostas

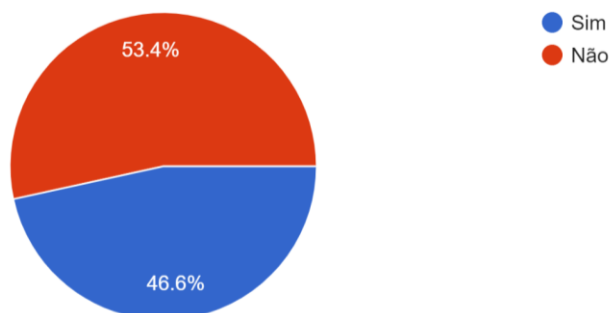
19 - 1 resposta

20 - 1 resposta

21 - 1 resposta

G. Você se sente preparado(a) para exercer sua cidadania no meio em que vive, participando da vida política da sua comunidade e lutando por direitos?

73 respostas



Sim - 34 respostas

Não - 39 respostas

H. Se sim, como tem feito isso?

31 respostas

- Dando o meu melhor para fazer as outras se sintam bem.
- Respeitando o próximo, exigindo cumprimento de serviços de órgãos públicos, não destruindo o patrimônio público.
- Correndo atrás dos meus direitos e lutando contra qualquer tipo discriminação.
- Apesar de ainda não ter votado, observo os erros que comentem na presidência do nosso país levando-a a decadência, crises, entao pretendo lutar pelos meus direitos que pra mim ainda está no "início da vida" digamos assim.
- Sim, pesquisando e tendo vontade de estar por dentro do que acontece com o nosso país.
- Procurando se informar mais sobre o que vem acontecendo, tirei o título de eleitor para escolher quem acho melhor "tomar conta" do nosso país.
- Nao me sinto.
- Buscando por informação por candidatos e cargos ocupados.
- Buscando entender o que ocorre na comunidade e tentar melhorar.
- Como nada.
- Até agora nada.
- Tendo minha própria opinião.
- Não fiz nada.

- Sim, pois pesquiso sobre nossos futuros governantes, não deixando influenciar por opiniões alheias e tendo minhas próprias ideias.
- Não sei.
- Assistindo jornais e lendo sobre.
- Votando e exercendo ao poder alguém que considero que mude o país.
- Me preparando para fazer suas escolhas.
- Não sei ao certo.
- Se sobrecarregando de conhecimento para eleger um bom representante ou até mesmo de tornar um.
- Estudando geopolítica e ficando ciente de todas as propostas do "nosso" presidente.
- Procurando os melhores candidatos com base no que eu acredito e sabendo dos meus direitos.
- Pois todas as pessoas na sociedade pode ter o direito de expressar sem ligar para opinião dos outros.
- Ajudando o próximo com poucos benefícios, mas esses benefícios para essas pessoas carentes é muita coisa.
- Porque eu me sinto preparada para fazer minhas escolhas.
- Votando nas eleições, ouvindo os políticos e quais as melhores propostas para sua cidade.
- Penso que o voto é o principal jeito de mostrar isso.
- Mostrando a verdade na política, quem ta fazendo o certo.
- Ajudando ao proximo em uma cidadania em que tem os fracos os fortes e etc.
- Questionando, buscando, avaliando. É óbvio que cada político tem que fazer o seu papel. E é errado idolatrar políticos.
- Buscando meus direitos.

I. De que formas a escola em que você estuda tem te incentivado a se envolver em temas e projetos sociais?

59 respostas

- Nenhuma.
- Nenhuma.
- Trabalhos de escola, atividades práticas e etc.
- Através de trabalhos, oficinas ofertadas pela a escola.
- Com alguns trabalhos escolares e a monitoria.
- Fornecendo tolerância e respeito estimulado por meio da recepção da escola aos nossos pais e alunos, independentemente da cultura de cada um. O acolhimento serve de exemplo para uma boa convivência.
- A feira de ciências, os trabalhos do dia da consciência negra, entre outros.
- Nos explicando a importância de voto, a importância da política para o desenvolvimento do país, e sobre não ceder seu direito pra ninguém.
- Só por causa dos pontos e alguns é geralmente interessantes e me desperta a curiosidade.

- De forma nenhuma, ou melhor através dos trabalhos que pode envolver isso, atividades também.
- Com feiras literárias e científicas, além das aulas de sociologia e filosofia.
- Nenhuma.
- Fazendo vários projetos para tentar nos incentivar e entender melhor sobre o assunto.
- Não ajuda em nada.
- Em atividade, e grupo de trabalho.
- A partir de projetos escolares, palavras incentivadoras no conteúdo propostos.
- Com projetos escolares.
- Ajuda em nada.
- Através de trabalhos escolares e etc.
- Mulher eu estou derrotado, os trabalhos escolares tem sugado todo meu tempo, até de lazer memsmo eu não namore e não tenho vida social.
- Não sei.
- Com trabalhos.
- Não tem ajudado tanto quanto deveria, pois se é pouco discutido em sala de aula ainda.
- Nada.
- Sim, por meio de campanhas e palestras.
- Através de atividade escolares e algumas palestras.
- Apresentando alguns projetos mas são pouca das vezes.
- A ser um bom cidadão no futuro.
- Através da feira de ciencias.
- Pelas matérias.
- Fazendo projetos.
- Nunca gostei de projetos sociais.
- Fazendo trabalhos.
- Não reparei sobre isso no colégio.
- Por meio de trabalhos e apresentações.
- Feira de ciências por exemplo, nos deu espaço para discutir temas polêmicos.
- Eu não acompanho em lugar nenhum isso sobre política.
- Projeto de livros, feira de ciências, clube da leitura.
- Os professores nos incentivam e a escola nos ajudou a tirar o nosso título de eleitor.
- Nossa escola cedeu o espaço para realizarem o título de eleitor.
- Fazendo vários trabalhos ou projeto social, como o EPA, a feira de ciências, consciência negra e o clube do livro, jogos escolares é importante também.
- Através dos estudos, e através de trabalhos.
- Através da feira de ciências, clube do livro, entre outros.
- Com que eu posso aprender mais e ter um futuro bom.
- Unindo os alunos para a feira de ciências, trabalhos em grupo, etc.
- Em trabalhos, seminários, feira de ciências.
- Com a feira de ciências e em algumas atividades escolares.

- A escola tem incentivado de forma positiva.
- Os projetos da feira de ciências incentiva o aluno a interagir, se envolver com outras pessoas.
- Tem incentivado muito aos alunos menores de 18 anos a votar também, pois teve como fazer o título pelo nosso colegio.
- O colégio esta nos incentivando a votar para mostrarmos a verdadeira politica.
- Passando seminários, os jogos escolares, feira de ciências, consciência negra e etc.
- Sempre teve esse desenvolvimento para com a sociedade estudantil, como trabalhos em grupos entre outros. a escola proporciona varios momentos para se socializarmos com outros alunos.
- Incentivando a tirar o título eleitoral e etc.
- Tendo feiras literárias e feira de ciências.
- Palestras, projetos estruturantes.

QUESTIONÁRIO POSTERIOR ÀS OFICINAS DE DIREITO E CIDADANIA NO COLÉGIO ESTADUAL HERCULANO FARIA

Prezados(as) estudantes, com a finalização do projeto e a realização das oficinas sobre direitos humanos e cidadania com as turmas de ensino médio da sua escola, pretendo agora coletar mais algumas informações com vocês para avaliar o alcance do estudo que fizemos juntos durante essas semanas. Ressalto que a sua privacidade será garantida quanto às respostas que forem dadas neste questionário.

Após as oficinas realizadas,

A. O que você entende por direito à liberdade?

B. O que você entende por direito à igualdade?

C. Após a experiência com as oficinas e o contato com os temas que discutimos, você se sente mais preparado para exercer melhor a sua cidadania?

() Sim () Não

D. Se sim, de que formas você pode exercer os direitos na comunidade em que você vive?

E. Depois da experiência que tivemos neste projeto, você acredita que a sua escola tem te preparado para participar mais ativamente na luta pela igualdade, pela defesa dos direitos e pela participação política?

Sim Não

F. Se sim, de que formas?

G. Você, pessoalmente, tem interesse nesses assuntos?

Sim Não

H. Se sim, como você pretende contribuir para a vida política da sua comunidade?

I. Qual a principal contribuição que as oficinas trouxeram para a sua vida?

Agradeço pela sua valiosa contribuição.

Nikolle Cardoso Almeida

Graduanda no Curso de Direito da Univerisdade Federal do Oeste da Bahia

A. O que você entende por direito à liberdade?

72 respostas

- Direito de falar.
- A pessoa ter um direito de escolher o que quer e ir para onde quiser.
- Direito de nos expressar.
- Entendo que temos direitos de expressar a sua opinião no público etc.
- Direito de fala, poder se expressar.

- Acho que o direito à liberdade seria a capacidade de fazer e não fazer tudo o que seja licitamente permitido.
- Liberdade de expressão, de agir e fazer o que quer tanto que não interfira na liberdade do outro.
- Poder se expressar sem ninguém te impedir.
- Um direito que todos nós devemos ter e respeitar as outras pessoas.
- É o direito das pessoas serem livres e fazerem o que quiserem diante o que está permitido na lei.
- O poder de se expressar sem impedimento.
- Ter o direito de falar o que pensa, de compartilhar essas opiniões, liberdade de se expressar.
- Entendo que todos os seres humanos tem a liberdade de fazer suas escolhas.
- Direito à liberdade para mim é poder se expressar, ter direito ao lazer, escolher sua religião, sua orientação sexual e poder falar suas opiniões, tudo isso sem ferir o direito do outro à liberdade e o respeito.
- Entendo do meu direito de expressa e ser livre pra fazer escolhas do meu interesse, ser livre pra votar em quem eu quiser, e ter a liberdade de escolher o meu futuro.
- Que todos são livres para fazer e viver suas próprias escolhas.
- Cada cidadão tem por direito a liberdade de se expressar e tomar decisões, mesmo que algumas possam o afetar no futuro.
- O direito a liberdade é a pessoa poder fazer o que quiser sair a hora que quiser falar a hora que quiser etc.
- Entendo que é ter o livre arbítrio das suas escolhas e forma de viver, sem estar preso a concepção de outros.
- Não entendo assim muita coisa mas eu sei que todos tem o direito de liberdade.
- Direito de expressar, falar, poder ter seu lugar na sociedade. Poder sair na rua com a roupa que gostar.
- Que todos tem o direito de agir e falar.
- Entendo que direitos e tudo aquilo que proporcionado ao ser humano de exigir que se torna um direito nosso, liberdade e a condição de você poder se expressar de ter liberdade.
- Que seria a capacidade de fazer e não fazer tudo o que seja licitamente permitido.
- É poder mim expressar, sem mim preocupar com o que vão flar, pois todos temos direitos só precisamos exercê-lo.
- É um direito que o cidadão tem que o permite dar sua opinião é o que faz de nosso país uma nação democrática.
- A possibilidade de ser livre garantida.
- Que todo ser tem direito a vida, educação, trabalho e liberdade para se expressar.
- Direito de ir e vir, de expressar sua opinião.
- Todos nós temos direito de ir e vir, de sermos o que somos, liberdade de expressão.
- O direito de fazer tudo que me é permitido perante a lei.
- Que é sobre o direito de expressão, direito de falar, de ser quem você é, direitos humanos e sociais.

- O direito de ir e vir e a liberdade de expressão.
- Liberdade todos temos, mais é uma liberdade limitada porque não podemos fazer o que vem na cabeça.
- Direito de poder ir e vim para qualquer lugar, livre arbítrio, poder fazer qualquer coisa que quise mas baseando-se na lei.
- Eu entendo que é um direito que a pessoa tem de ser livre para tomar suas próprias decisões.
- É o direito de ser o que a pessoa é, sem julgamentos, sem se preocupar.
- Eu entendo que o direito a liberdade é quando você é livre pra tomar as suas decisões.
- Do sujeito pode exercer a liberdade dele.
- Que as pessoa tem direito de ir e vir, faz o que eles que fazer.
- Direito de ser quem/o que quiser. Como viver e andar por onde quiser (lugares públicos no caso).
- Que a gente tem a liberdade para se expressar, dar as nossas opiniões, seguir aquilo que nós acreditamos, temos o direito de sermos nós mesmos.
- É a capacidade de fazer e não fazer tudo o que seja licitamente permitido.
- É o nosso direito irrevogável de sermos livres.
- Tem vários sentidos e gênero tem liberdade de expressão, liberdade de ir e vir, etc.
- Direito de poder fazer as coisas que gosta mas com consciência.
- É o direito que eu tenho enquanto cidadão de ir e vir e fazer o que quiser mediante leis e regras.
- Direito de fazer o que ela quiser, mais claro sem infringir a lei.
- É a capacidade de fazer e não fazer tudo o que seja licitamente permitido. constitui o direito de toda pessoa de organizar sua vida individual e social.
- É o direito que permite "fazer" e "não fazer" algo que é permitido.
- Entendo que podemos ter a nossa liberdade de nos expressar de todas as formas.
- Entendi que é o direito que te garante liberdade de ir e vir, claro sem infringir o direito do próximo.
- É o direito de ser livre para exercer o seu livre arbítrio, dentro das normas de uma sociedade.
- É você ter direito a sua liberdade todos tem que ter direito a liberdade, tando dentro das leis proposta.
- Significa o direito da liberdade de expressão, de ir e vir, de ter livre-arbítrio, de questionar etc, mais claro isso sem atingir o direito do outro.
- É o direito de ir e vir, de estudar, de ter uma casa, etc.
- É o seu direito de ir e vir, de estudar, ter uma casa, de trabalhar, etc.
- Entendo, por direito à liberdade, tudo aquilo que me é garantido perante a lei e na constituição dos direitos humanos.
- É você ter direito a andar na rua, sair pra onde quiser, etc.
- A pessoa tal tem o direito de ser livre e fazer suas escolhas e opiniões.
- Que todos nós nascemos com esse direito mas nem em todas as funções esse direito é respeitado.
- É o direito de ir e vim e fazer o quê quiser diante da lei.

- Direito a liberdade seria a ação ou o poder de ter liberdade, liberdade de expressão e o livre arbítrio.
- Entendo direito à liberdade como sendo o direitos naturais e sociais que o indivíduo pode ter, como por exemplo: direito de moradia, educação, expressão, ir e vir, mas claro com excessões, estamos livres para fazermos coisas que temos direitos, mas não libertinos para fazer o que bem entende, em função do bem da sociedade.
- Todas pessoas tem o direito a liberdade, para fazer algo sem precisar de permissão ou se preocupar com algo, todos tem o direito a liberdade.
- É o direito de ser livre, de fazer coisas independente de qualquer crítica.
- Eu entendo que cada pessoa tem que ter sua liberdade, seu modo de viver sua liberdade.
- Entendo que é o direito de ir e vir de todos.
- É um direito de ser quem você é, ter liberdade pra fazer o que quiser.
- É você ter direito fazer o que quize perante as leis.
- Fazer o que você tem direito desde que não ultrapassem as leis.
- É o direito de ser livre e o direito a liberdade.

B. O que você entende por direito à igualdade?

71 respostas

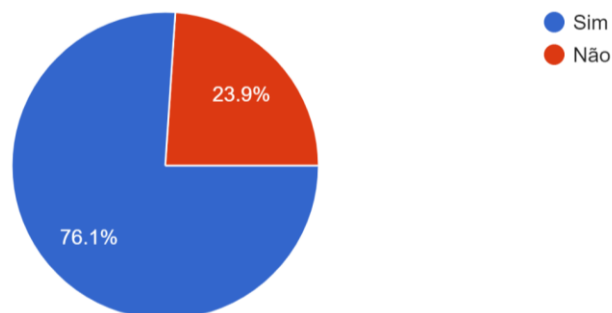
- Ter direitos iguais para ambas pessoa.
- As pessoas compartilhar igualdade.
- Ter o mesmo direito que o meu próximo.
- Direito igual, na forma que um branco tem direito de uma coisa e o negro também.
- Ter as mesmas oportunidades.
- Significa que as necessidades de cada pessoa têm igual importância, que essas necessidade devem constituir a base da planificação das sociedades.
- Direito de todos terem oportunidade, nas escolas, no trabalho.
- Não sofrer preconceito e ter os mesmos direitos que todo mundo.
- Onde igualmente todos tem seus direitos respeitados.
- Que todas as pessoas tem o direito de serem tratadas e julgadas igualmente.
- Ter os mesmos direitos que todos.
- Tratar todas as pessoas igualmente, na medida de suas desigualdades.
- Direito igual para todas as pessoas, independente da sua cor, raça, sexualidade e seu padrão social.
- Direito à igualdade é ter a mesma oportunidade que o outro, nas mesmas condições, o mesmo salário para quem ocupa o mesmo cargo e etc, independente da diferença entre as pessoas.
- O direito de ter benefícios a saúde independente de ser pobre ou não e ter a igualdade de receber seu salario igual a maioria.
- Que hoje em dia todos tem os mesmos direitos, homens fazem coisas que mulheres fazem e mulheres fazem coisas que homens fazem.

- Em sua forma formal, esse direito procura estabelecer a igualdade no acesso aos outros direitos, independente da sua classe ou raça.
- É a pessoa com o mesmo direito de votar que a outra, mulher e homem.
- Ter os mesmos privilégios para todos igualmente, sem escolhas ou exclusão de alguns na sociedade.
- Tanto como homem e mulher todos tem que ter igualdade como a mulher que muitas vezes não tem.
- Que todos são iguais independente de raça, cor, todos nós devemos e merecemos respeito.
- Que todos somos iguais independente de altura, cabelo, ou até mesmo a cor da pele.
- Direitos a igualdade são ter privilégios não proporcionados a pessoas como negras, mulheres, gays, e etc.
- Que as necessidades de cada pessoa têm igual importância que essas necessidades devem constituir a base da sociedade.
- Somos iguais independente de cor ou raça, não temos direito de sair esnobando ninguém, somos todos pessoas com direitos iguais.
- É o direito que nos permite ter os mesmos benefícios igual todo mundo.
- O dever social de tratar todos sem diferenças e perante a lei.
- Que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza ou raça, que sejamos tratados igualmente.
- Direito as mesmas chances de trabalho, direito a educação.
- Todos temos os mesmos direitos e cada um de nós merecemos respeito.
- Tratamentos e mesmas oportunidades independente de tudo.
- É direito a coisas justas e igualitárias, pois todos somos iguais segundo a constituição, na teoria é assim.
- Todos serem iguais perante o olhar da sociedade e da lei.
- O direito a igualdade são para todos mesmo com diferenças de raças e etnias.
- Que todos tem igualdade de pode pratica, fazer o que quer sem algo o esta se segurando.
- O direito das pessoas, de diferentes classes ou raça, serem tratadas igualmente conforme a lei.
- Todos ter o mesmo direitos.
- Eu entendo que o direito à igualdade é quando todos tem aquele direito sendo rico ou pobre.
- Que independente de gênero ou cor, eles precisa ter o mesmo tratamentos e leis.
- Direito de possuir direitos iguais, para que os humanos sejam iguais para pessoas favorecidas e desfavorecidas.
- Que todos nós devemos ter os mesmos direito, que um não deve ter mais direito do que o outro, nisso gerando a igualdade entre as pessoas.
- Ele pressupõe que as pessoas colocadas em situações diferentes sejam tratados de forma desigual.
- Que todos nós somos iguais e devemos ter oportunidades e direitos iguais.
- Direitos iguais valendo para todos.

- De ter o direito para todos de modo que todos possam exercer.
- Igualdade de enquanto cidadão ter os mesmos direitos que qualquer outro cidadão.
- É todo mundo tratar bem outras pessoas independente da cor, da orientação sexual.
- As necessidades de cada pessoa tem igual importancia, os recursos devem ser utilizados de maneira que todos tenham as mesmas importâncias e oportunidades.
- É o direito que coloca em que as pessoas em situações diferentes sejam tratados de forma igualitária.
- Entendo que todos temos que ser tratados da mesma forma independente de sermos pretos, brancos, homens, mulheres.
- Entendo que seria o direito de todos terem acesso as mesmas coisas.
- É o direito de ter os mesmos privilégios e direitos de qualquer indivíduo em uma sociedade.
- Todos terem os mesmos direitos todos serem igual ao direito independente da pessoa.
- Igualdade social, onde pessoas ricas e pobres teriam os mesmos direitos independentes das suas classes, sem discriminação por classe, cor, raça, etc.
- Ser tratado de forma iguais.
- É o direito igual para todos, independente da sua cor, raça, classe social, etc.
- Direito igual para todas as pessoas independente da sua cor, raa, sexualidade e seu padrão social.
- Pois os mesmos direitos que o outro tem, nós também temos.
- Todos devem ter o mesmo coisas independente de crenças, raça ou religião.
- Entendo que é um direito no qual o próprio nome diz "igualdade devia ser um direito aonde todos deviam ser tratados como "iguais mas infelizmente nem todos são.
- É o pobre ter os mesmos direitos do rico.
- Direito a igualdade numa sociedade em que há desigualdades sociais, o direito a igualdade todo ser humano há de ter.
- Que todos estão debaixo da lei, que todos são iguais perante ela. Todos temos direitos, então eles devem ser iguais para todos.
- Independente de religião, cor e pele todos tem que ter o direito a igualdade na sociedade.
- Que todos merecem ser tratados como todos os outros, independente da raça, religião ou gênero, e até mesmo deficientes.
- Entendo que as vezes em maioria das vezes, tem o direitos igual entre pessoas, que as vezes temos que ter direitos iguais.
- Que todos possuem seus direitos iguais, ou seja, são tratados igualmente.
- É a pessoa ter direitos iguais aos outros.
- É você aceita o proximo independente o que seja.
- Todos têm direito às mesmas coisas: saúde, educação, segurança.
- É que as pessoas que trabalham no mesmo cargo possam receber por igual o mesmo valor que sejam tratados de igual para igual.

C. Após a experiência com as oficinas e o contato com os temas que discutimos, você se sente mais preparado para exercer melhor a sua cidadania?

71 respostas



Sim - 54 respostas

Não - 17 respostas

D. Se sim, de que formas você pode exercer os direitos na comunidade em que você vive?

54 respostas

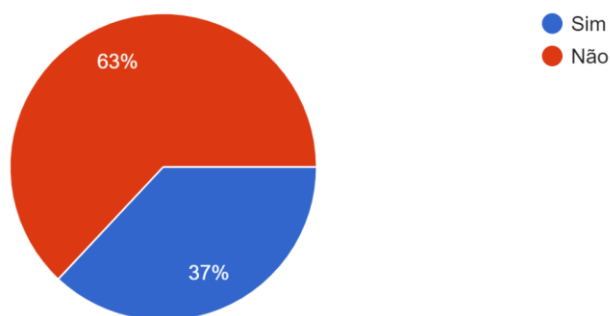
- Participando da sociedade de maneira justa e igual para todos.
- Não sei.
- Direito de voto.
- Sabendo o que eu devo ou não fazer.
- Respeitar, aprender e ajudar.
- Respeitar o próximo, praticar a doação, não destruir o patrimônio público.
- Sabendo dos meus direitos consigo exercer minha cidadania e sabendo o que é certo ou não.
- Respeitando o meu ambiente escolar e social.
- Fazendo a minha parte, cobrando meus direitos e exercendo meus deveres, e conscientizando as pessoas à minha volta.
- Não ferindo os direitos do outro, escolhendo minha religião, expressando minha opinião, cobrando meus direitos para uma vida digna, tendo acesso ao lazer, moradia, alimentação...
- Indo votar e um direito muito importante e etc.
- Avaliando propostas de candidatos em períodos eleitorais e garantir que sejam cumpridas as mesmas.
- Que todos deve ter o mesmo direito preto e branco, homem e mulher.
- Respeitando todos os cidadãos de forma que todos possam viver suas vidas tranquilamente e respeitando principalmente suas escolhas individuais.

- Fazendo e influenciando meus amigos, colegas e também exercer os direitos sendo assim eles podem passar para mais pessoas.
- Com mais educação, respeito, harmonia.
- Conhecendo eles primeiramente.
- Votando, protestando, criando programas de auxílio.
- Respeitar o próximo independentemente de raça, sexo, condição social ou idade.
- Defendendo e ajudando as minorias.
- Agora que entendemos que temos direitos, podemos lutar por eles e repassar essas informações para quem não sabe.
- Buscando saber deles e exercendo meus direitos como cidadão.
- Direitos sociais, humanos.
- Usando a liberdade a igualdade.
- Colaborando com o meio ambiente, ajudando os que mais necessitam.
- Pra ser bem sincero... eu ainda não sei muito bem...
- Sim com desenvolvimento pessoal e pra ser uma pessoa melhor.
- Com mais respeito as outras pessoa.
- Lutando pelo direito dos estudantes (e deveres), como lider ou apenas como aluna.
- Lutando pelos nossos direitos.
- Lutando e denunciando contra as desigualdades do dia a dia.
- Sabendo o que tenho direito e tendo respeito.
- Sabendo que meus direitos são livres para serem demonstrados.
- Primeiro tendo a devida informação e conhecimento compartilhando com os demais.
- Expondo minha opinião, participando de modo em que eu possa me expressar.
- Passando o conhecimento que adquirir para os outros.
- Eu poderei exercer os meus direitos não deixando alguém sofrer alguma injustiça, ou até eu mesmo.
- Tendo ciente dos direitos que tenho posso melhor entender o que se passa na minha comunidade e com as pessoas.
- Passando o que aprendi ao longo das oficinas, para as pessoas da minha comunidade que não têm esse conhecimento.
- Tratar todos iguais, ter direito a liberdade e tudo o que tenho direito.
- Indo votar, poder ir e vir, tendo direito a saúde e a educação.
- Me alistar como eleitor, cobrar promessas políticas, exigir cumprimento de serviços de órgãos públicos e respeitar o próximo.
- De várias formas.
- Fazendo manifestações.
- Atraz de expressões aos meus direitos e de acordo com o que devo me preocupar.
- Dando minha opinião.
- Questionando, buscando meus direitos e deveres e votando (contribuindo com a sociedade).

- Sem sombras de dúvidas, o posicionamento. É uma das formas que posso fazer para exercer minha cidadania.
- Começando a mostrar pra eles, que cada tem seus direitos.
- De diversas formas, sendo na saúde, educação, lazer, cultura, entre outros.
- Direitos a moradia, privacidade etc.
- Correndo atrás dos meus direitos, exercendo meu direito como cidadã.
- Participando ativamente da democracia e participando de forma justa na sociedade.

E. Depois da experiência que tivemos neste projeto, você acredita que a sua escola tem te preparado para participar mais ativamente na luta pela igualdade, pela defesa dos direitos e pela participação política?

73 respostas



Sim - 27 respostas

Não - 46 respostas

F. Se sim, de que formas?

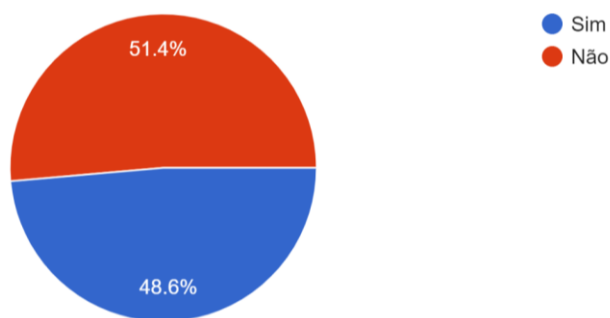
26 respostas

- Com as oficinas.
- Votar.
- Cobando o direito dos alunos a ter professores, merenda, luz, água, com a implementação de projetos extra como o mais estudo e etc.
- A escola vem desenvolvendo cursos profissionais, para ajudar o aluno no futuro sobre meus deveres na sociedade.
- Eles mostram muito sobre igualdade e todos os alunos tem os mesmos direitos.
- De forma que todos tenha igualdade nos direitos e na política.
- Abrindo mais minha mente, me fazendo entender melhor os direitos de todos.
- Com trabalhos explicações e atividade.
- Fazendo mais projetos, trazendo pessoas para fazer palestras e também fazem eventos na escola que envolva essa área.
- Nos comunicando através da fala ou até mesmo em eventos na escola.

- Com igualdade, direitos igualmente.
- Sim, mas não o suficiente. Através das aulas de história e oficina.
- Com palestras, exercícios, dinâmicas.
- Se expressando, dando palestras.
- Porque vemos em histórias, guerras, infelizmente trágicas que não queremos que aconteçam aqui, por isso aprendemos a ser cidadãos.
- Fazendo o projeto de consciência negra, e sempre nos falando sobre nossos direitos como estudantes.
- Eles me mostraram um pouco de como funciona.
- Por as pessoa vai entende os seus direitos e valores na sociedade.
- Me colocando em situações nas quais eu tenho que tomar importantes decisões.
- Apresentando na prática lutas e trabalhos pedagógicos que levam a ação e uma identidade cultural de unidade escolar.
- Nos preparou melhor para exercermos nossos direitos e também nossa cidadania.
- Nos ajudando a compreender quais os direito que temos e até nos preparando para exercer esse conhecimento.
- Essas oficinas me passaram o conhecimento enriquecedor, possibilitando-me entender meus direitos e deveres dentro da sociedade.
- Palestras.
- Por formas de conversas, de demonstração de muito diálogo.
- Através de oficinas como essas que teve.

G. Você, pessoalmente, tem interesse nesses assuntos?

72 respostas



Sim - 35 respostas

Não - 37 respostas

H. Se sim, como você pretende contribuir para a vida política da sua comunidade?

34 respostas

- Mostrando esses direitos a mais pessoas.

- Exercendo minha cidadania, como votando.
- Dando a minha opinião em tudo.
- Estudando mais sobre política, consigo por exemplo eleger candidatos dignos e que vão trazer melhoras. ou então cobrar dos candidatos eleitos aquilo que eles precisam fazer.
- Mostrar e discutir sobre esses direitos com mais pessoas.
- Informando as pessoas que elas devem lutar por seus direitos e lutando por meus direitos.
- Correr atrás dos direitos da sociedade tanto política como da igualdade da sociedade, quem sabe um futuro senador ou deputado federal.
- Exercendo os meus direitos como cidadão e escolhendo os representantes.
- Exercer minha opinião pública, buscar o melhor para a sociedade que vivo.
- Defendendo os direitos e mostrando para sociedade que temos nossos poderes de fala.
- Primeiramente, estudando sobre o assunto.
- Usando meu voto de maneira responsável e participação de projetos.
- Estudando e sabendo quais políticos podem ser a melhor opção para meu país.
- Repassando informações, votando, discutindo com respeito.
- Exercendo a democracia, sendo consciente sobre os assuntos que cercam a sociedade.
- Discutindo sobre, estudando, etc. de burro já basta o presidente.
- Analisando e comparando as melhores alternativas de pessoas para colocar no poder. E não me virar ou ignorar os problemas da sociedade.
- Procurando se informar melhor sobre o que vem acontecendo no meio político, nisso podendo usar o meu direito de votar e querer o melhor para todos nós.
- Lutando pelos direitos dos estudantes.
- Sabendo o que é fake, pesquisando e indo a fundo, sabendo proteger seus princípios e direitos.
- Sim e não sei explicar 100%.
- Adquirir mais conhecimento sobre os assuntos.
- Mostrando que todos nós temos direitos e que eles precisam ser exercidos.
- Bom eu me interesso pelo motivo que quero fazer faculdade de Direito e esse assunto é muito importante para o conhecimento.
- Dando opiniões, e sempre abordando meu ponto de vista sobre o que está errado dentro desse "sistema".
- Indo votar e cobrar do político caso ele não esteja fazendo o seu papel corretamente.
- Indo votar e cobrando promessas.
- Acredito que é importante para cada cidadão e aos povos que sofrem sem seus direitos ou moradia.
- Depois das oficinas, o meu interesse acendeu-se mais para buscar e me aprimorar nesses assuntos. Lutando e posicionando para garantir os direitos deles e os meus.
- Mostrando que cada um com seus direitos.
- Participando ativamente tendo consciência dos meus atos e defendendo os meus valores e claro os que abrange um todo (coletivo).
- Mostrando meus direitos e exercendo-os na sociedade.

- Votando e participando ativamente da democracia.

I. Qual a principal contribuição que as oficinas trouxeram para a sua vida?

61 respostas

- Conhecimento.
- Um melhor conhecimento sobre os direitos humanos.
- Ensinou mais sobre os direitos.
- A importância de saber dos nossos direitos e a importância da política.
- Aprender o que devo ou não dizer na sociedade.
- Conhecimento dos meus direitos, exercer minha cidadania sem interferir na do outro e com consciência.
- Um melhor conhecimento dos direitos.
- Me trouxeram informações que eu não sabia e abriram meus olhos para lutar pelos meus direitos e exercer meu papel como cidadão.
- Melhor conhecimento sobre os direitos humanos.
- Aprendemos mais um pouco sobre liberdade, direito.
- Dar mais atenção para os direitos e descobrir os diferentes tipos de direito existentes.
- Me preparando pra futuramente ter um emprego bom no mercado financeiro.
- Mostraram que a vida vai além de muitas coisas, porque nem todos deixam termos liberdade, mas isso mostra que todos temos liberdade.
- Conhecimento sobre um assunto não muito conhecido e nem tão bem explorado mas de extrema importância.
- Foi saber mais ainda dos direitos da igualdade e liberdade.
- Mais conhecimento.
- Sabedoria nesse contexto que eu pouco sabia.
- Comunicação, entendimento da liberdade e comunicação.
- Foi uma experiência mais aprofundada, uma melhoria no dia a dia.
- Nos mostrou os valores dos nossos direitos, mostrando como podemos exercê-lo no nosso dia a dia, abrindo nossos olhos para algo que não conhecíamos muito.
- Saber como funciona os cargos políticos.
- Me ensinou que tenho liberdade de expressão, que eu posso correr atrás dos meus direitos.
- Me ensinaram a lutar pelos meus direitos e de meu povo.
- Conhecimento, espaço de discussão, etc.
- Conhecimento, me mostrou mais formas de exercer a cidadania.
- Mais interesse nesse meio, estudar mais sobre.
- Nenhuma em particular.
- Fazer refletir nos nossos direitos.
- Sinceramente, nada de tão relevante.
- Contribuíram para mim entender mais sobre o assunto.

- Trouxeram uma experiência que nunca tive interesse de viver. Até agora fiquei um pouco curioso...
- A diferença.
- Uma visão mais "julgadora", pois temos direitos e nem sabemos de alguns, então buscar mais.
- As oficinas fizeram com que eu entendesse melhor vários assuntos, contribuíram muito para o meu processo de aprendizagem sobre as coisas.
- Fizeram eu compreender melhor o ambiente político onde vivo.
- Contribuiu com o conhecimento sobre meus direitos.
- Mostrando que preciso melhorar no meu conhecimento.
- Mim dispertou muita coisa desde quando começou essas aulas, mim fez repensar muita coisa.
- Aprimorei meus conhecimentos sobre os direitos que devemos exercer.
- Ajudou a tirar algumas dúvidas que serão úteis.
- Abriu os meus olhos em relação aos direitos que eu tenho dentro de uma sociedade.
- Contribuiu para nosso conhecimento e para entendermos o que temos direito sobre o nosso pessoal.
- Conhecimento além do que eu já possuía, me ajudando a entender melhor qual o meu papel na sociedade.
- Nos preparar para nós ser um cidadão de bem.
- Aprendi mais sobre o meu direito a igualdade, direito a liberdade, e como exercer melhor o meu papel de cidadã.
- Foi aprender mais um pouco sobre igualdade e liberdade.
- Uma melhora em conhecimentos.
- Aprendizado.
- Saber meus direitos, e quando for necessário eu usar.
- Pude conhecer e compreender melhor sobre nossos direitos e a sociedade.
- Ver o direito com outros olhos e, principalmente, a coragem para lutar por meus direitos e pelos outros.
- Saber dos direitos que nós cidadão tem na sociedade, e informar cada benefícios deles.
- Encinou muitas coisas boas, principalmente sobre os direitos e a igualdade.
- As oficinas me fez possuir outra visão dos assuntos abordados, pois foi o meu primeiro contato.
- Me mostrou melhor meus direitos, sobre minha cidadania e muito mais, etc...
- Trouxeram informações sobre diversos assuntos, sobre os meus direitos.
- Bom ajudou não só a mim a turma foi ajudada a exercer os direitos iguais, a saber os direitos de todos.

APÊNDICE C

TABULAÇÃO DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS DIARIAMENTE APÓS A REALIZAÇÃO DE CADA OFICINA

QUESTIONÁRIO PARA A OFICINA DE DIREITOS HUMANOS (OFICINA 1)

DATA: __/__/__

Após a realização da primeira oficina, com o tema de direitos humanos, responda:

Você considera importante estudar sobre direitos humanos?

Sim Não Talvez

Você acha que a sua escola tem te preparado para lutar pela garantia dos seus direitos e das pessoas ao seu redor?

Sim Não Talvez

Você se considera capaz de fazer isso no meio em que vive?

Sim Não Talvez

Você considera que os conhecimentos compartilhados na oficina de hoje são úteis para conseguir isso?

Sim Não Talvez

Após esta oficina, você tem interesse em participar mais ativamente na luta pelos seus direitos e os direitos da sua comunidade?

Sim Não Talvez

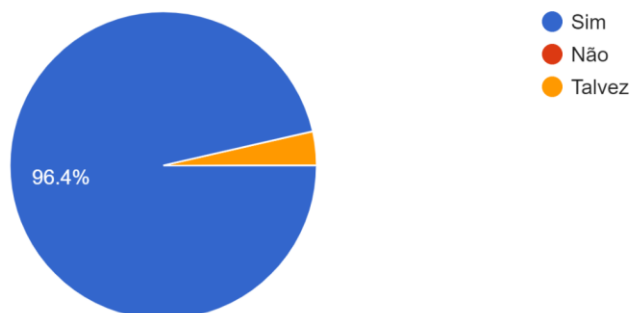
Agradeço pela sua valiosa contribuição.

Nikolle Cardoso Almeida

Graduanda no Curso de Direito da Univerisdade Federal do Oeste da Bahia

A. Você considera importante estudar sobre direitos humanos?

84 respostas



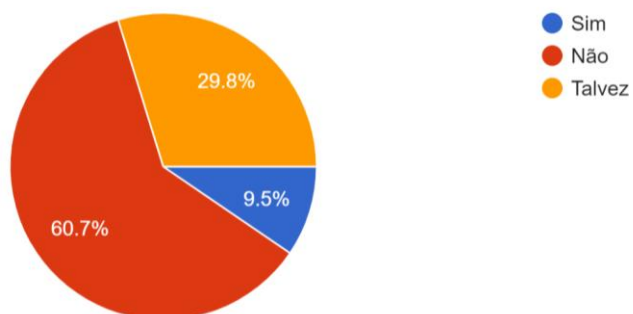
Sim - 81 respostas

Não - 0 respostas

Talvez - 3 respostas

B. Você acha que a sua escola tem te preparado para lutar pela garantia dos seus direitos e das pessoas ao seu redor?

84 respostas



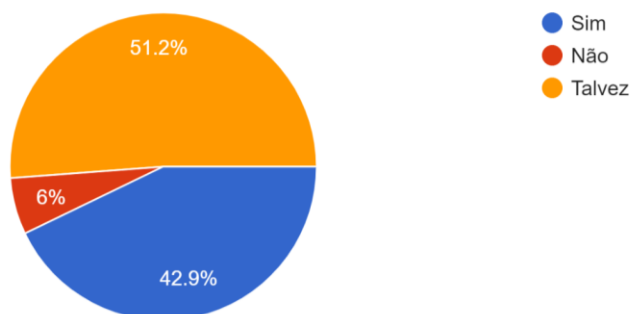
Sim - 8 respostas

Não - 25 respostas

Talvez - 51 respostas

C. Você se considera capaz de fazer isso no meio em que vive?

84 respostas



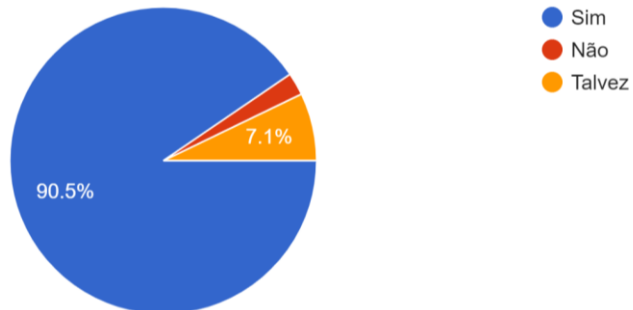
Sim - 36 respostas

Não - 5 respostas

Talvez - 43 respostas

D. Você considera que os conhecimentos compartilhados na oficina de hoje são úteis para conseguir isso?

84 respostas



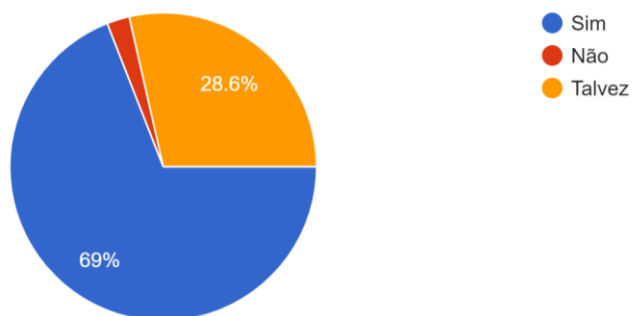
Sim - 76 respostas

Não - 2 respostas

Talvez - 6 respostas

E. Após esta oficina, você tem interesse em participar mais ativamente na luta pelos seus direitos e os direitos da sua comunidade?

84 respostas



Sim - 58 respostas

Não - 2 respostas

Talvez - 24 respostas

QUESTIONÁRIO PARA A OFICINA DE DEMOCRACIA E CIDADANIA (OFICINA 2)

DATA: __/__/__

Após a realização da segunda oficina, com o tema de democracia e cidadania, responda:

Você considera importante estudar sobre democracia, cidadania e direitos políticos?

() Sim () Não () Talvez

Você acha que a sua escola tem te preparado para lutar pela democracia e pelo exercício completo da sua cidadania?

Sim Não Talvez

Você se considera capaz de exercer sua cidadania e sua participação política no meio em que vive?

Sim Não Talvez

Você considera que os conhecimentos compartilhados na oficina de hoje são úteis para conseguir isso?

Sim Não Talvez

Após esta oficina, você tem interesse em participar mais ativamente na vida política da sua comunidade?

Sim Não Talvez

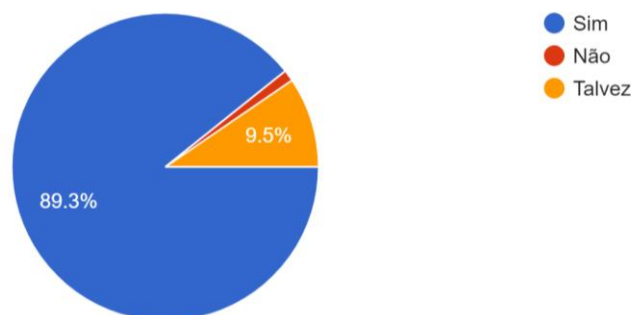
Agradeço pela sua valiosa contribuição.

Nikolle Cardoso Almeida

Graduanda no Curso de Direito da Universidade Federal do Oeste da Bahia

A. Você considera importante estudar sobre democracia, cidadania e direitos políticos?

84 respostas



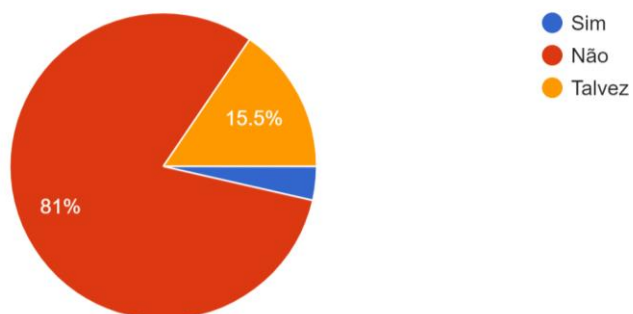
Sim - 75 respostas

Não - 1 resposta

Talvez - 8 respostas

B. Você acha que a sua escola tem te preparado para lutar pela democracia e pelo exercício completo da sua cidadania?

84 respostas



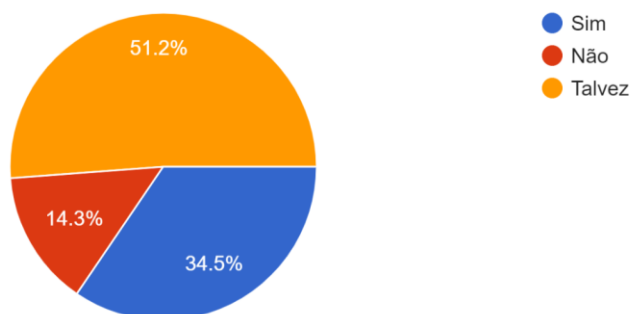
Sim - 3 respostas

Não - 68 respostas

Talvez - 13 respostas

C. Você se considera capaz de exercer sua cidadania e sua participação política no meio em que vive?

84 respostas



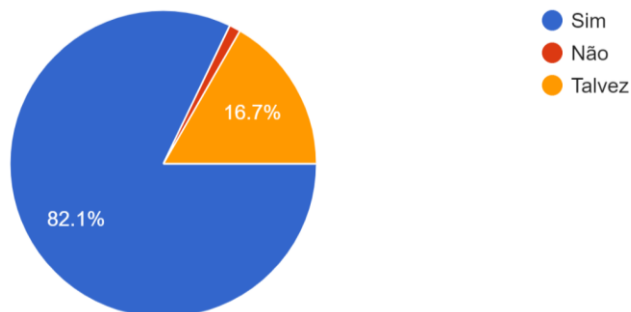
Sim - 29 respostas

Não - 12 respostas

Talvez - 43 respostas

D. Você considera que os conhecimentos compartilhados na oficina de hoje são úteis para conseguir isso?

84 respostas



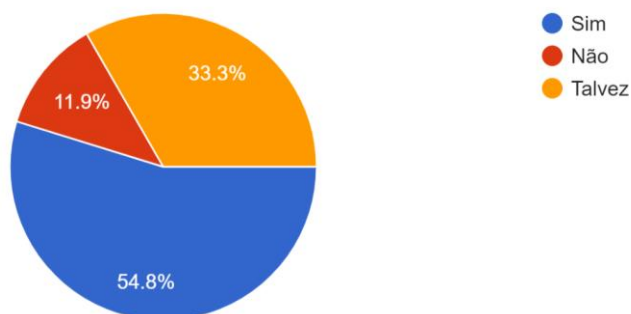
Sim - 69 respostas

Não - 1 resposta

Talvez - 14 respostas

E. Após esta oficina, você tem interesse em participar mais ativamente na vida política da sua comunidade?

84 respostas



Sim - 46 respostas

Não - 10 respostas

Talvez - 28 respostas

QUESTIONÁRIO PARA A OFICINA DE DIREITO À IGUALDADE (OFICINA 3)

DATA: __/__/__

Após a realização da terceira oficina, com o tema de direito à igualdade, responda:

1. Você considera importante estudar sobre o direito à igualdade?
 Sim Não Talvez

2. Você acha que a sua escola tem te preparado para lutar seu direito à igualdade?

Sim Não Talvez

3. Você se considera capaz de exercer o seu direito à igualdade no meio em que vive?

Sim Não Talvez

4. Você considera que os conhecimentos compartilhados na oficina de hoje são úteis para conseguir isso?

Sim Não Talvez

5. Após esta oficina, você tem interesse em participar mais ativamente na luta pelo direito à igualdade?

Sim Não Talvez

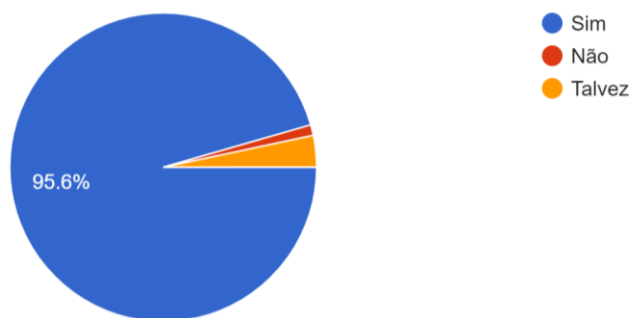
Agradeço pela sua valiosa contribuição.

Nikolle Cardoso Almeida

Graduanda no Curso de Direito da Univerisdade Federal do Oeste da Bahia

A. Você considera importante estudar sobre o direito à igualdade?

90 respostas



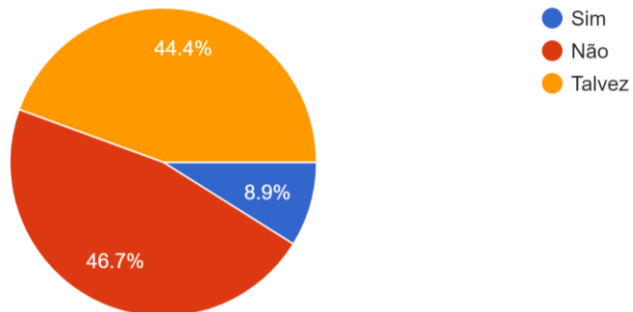
Sim - 86 respostas

Não - 1 resposta

Talvez - 3 respostas

B. Você acha que a sua escola tem te preparado para lutar seu direito à igualdade?

90 respostas



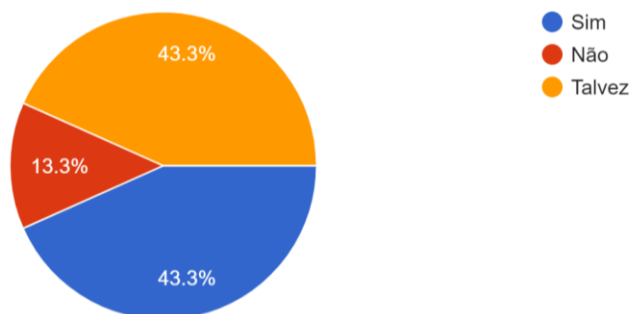
Sim - 8 respostas

Não - 42 respostas

Talvez - 40 respostas

C. Você se considera capaz de exercer o seu direito à igualdade no meio em que vive?

90 respostas



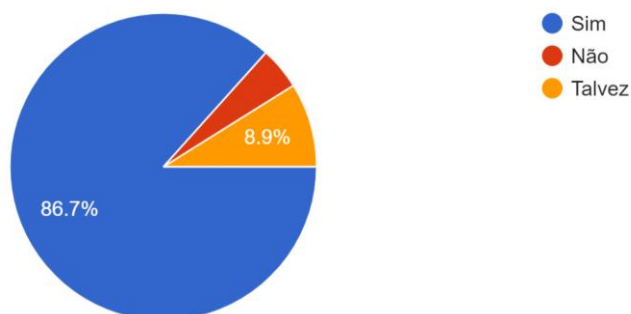
Sim - 39 respostas

Não - 12 respostas

Talvez - 39 respostas

D. Você considera que os conhecimentos compartilhados na oficina de hoje são úteis para conseguir isso?

90 respostas



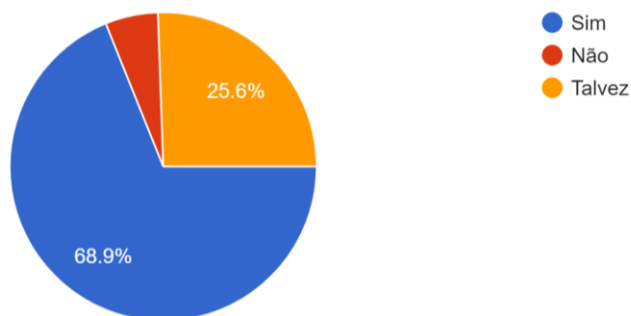
Sim - 78 respostas

Não - 4 respostas

Talvez - 8 respostas

E. Após esta oficina, você tem interesse em participar mais ativamente na luta pelo direito à igualdade?

90 respostas



Sim - 62 respostas

Não - 5 respostas

Talvez - 23 respostas

QUESTIONÁRIO PARA A OFICINA DE DIREITO À LIBERDADE (OFICINA 4)

DATA: __/__/__

Após a realização da quarta e última oficina, com o tema de direito à liberdade, responda:

1. Você considera importante estudar sobre o direito à liberdade?

Sim Não Talvez

2. Você acha que a sua escola tem te preparado para lutar seu direito à liberdade?

Sim Não Talvez

3. Você se considera capaz de exercer o seu direito à liberdade no meio em que vive?
 Sim Não Talvez

4. Você considera que os conhecimentos compartilhados na oficina de hoje são úteis para conseguir isso?
 Sim Não Talvez

5. Após esta oficina, você tem interesse em participar mais ativamente na luta pelo direito à liberdade?
 Sim Não Talvez

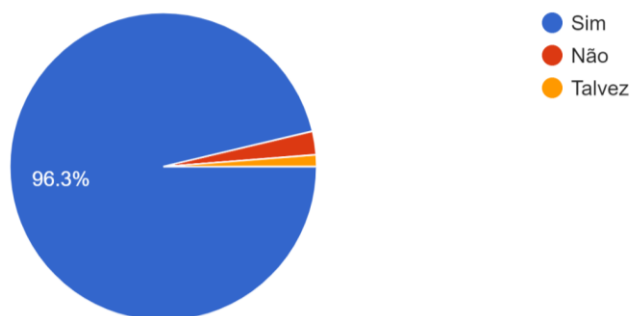
Agradeço pela sua valiosa contribuição.

Nikolle Cardoso Almeida

Graduanda no Curso de Direito da Univerisdade Federal do Oeste da Bahia

A. Você considera importante estudar sobre o direito à liberdade?

81 respostas



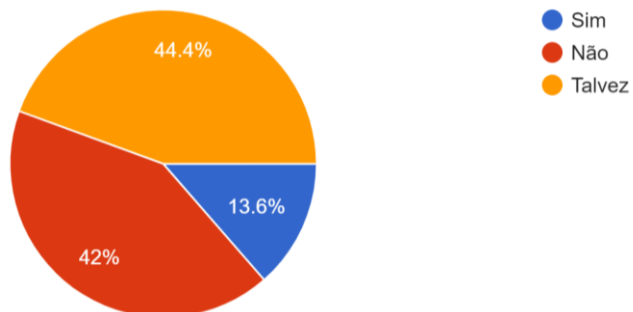
Sim - 78 respostas

Não - 2 respostas

Talvez - 1 resposta

B. Você acha que a sua escola tem te preparado para lutar seu direito à liberdade?

81 respostas

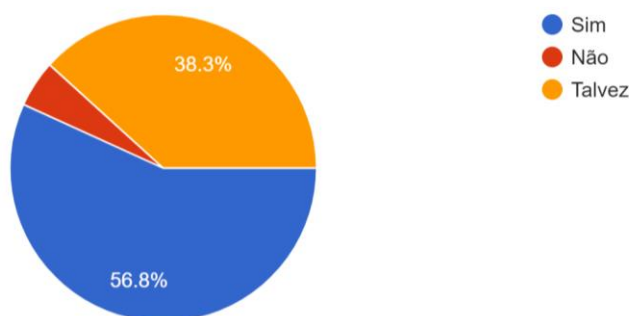


Sim - 11 respostas

Não - 34 respostas

Talvez - 36 respostas

C. Você se considera capaz de exercer o seu direito à liberdade no meio em que vive?
81 respostas

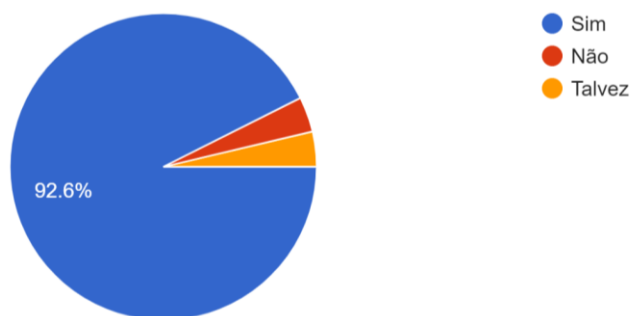


Sim - 46 respostas

Não - 4 respostas

Talvez - 31 respostas

D. Você considera que os conhecimentos compartilhados na oficina de hoje são úteis para conseguir isso?
81 respostas



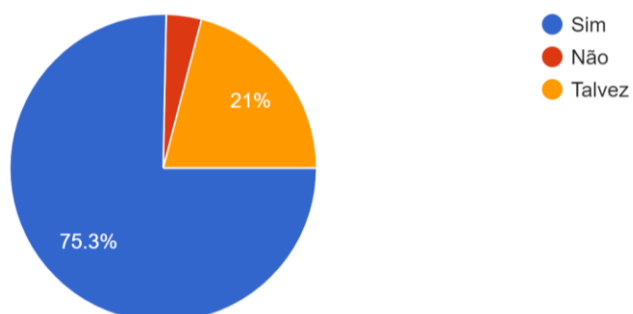
Sim - 75 respostas

Não - 3 respostas

Talvez - 3 respostas

E. Após esta oficina, você tem interesse em participar mais ativamente na luta pelo direito à liberdade?

81 respostas



Sim - 61 respostas

Não - 3 respostas

Talvez - 17 respostas

APÊNDICE D

ENTREVISTA REALIZADA NO BOJO DO PROJETO

1. No seu histórico como professor(a)/coordenador(a)/diretor(a), você tem memória de alguma iniciativa feita pela escola no âmbito dos direitos humanos e cidadania? Como foi a experiência, e qual a sua percepção sobre o envolvimento e a reação dos estudantes?
2. Como esses temas estão inseridos no projeto pedagógico da escola? E como a escola busca produzir esses conhecimentos de forma mais concreta na formação dos estudantes?
3. Você observa, na sua escola, alguma consequência negativa da ausência de inserção desses conteúdos de forma mais pontual e prática nas escolas? Ou alguma consequência positiva da sua inserção?
4. Qual a sua percepção sobre o papel da escola na formação política dos estudantes de ensino médio/fundamental II? Você acredita que esse papel tem sido cumprido de forma efetiva no Brasil? O que você acredita que pode ser feito para incentivar a participação política dos estudantes?
5. Você acredita que, nos dias atuais, ainda é coerente manter o enfoque da educação nos conteúdos formais voltados ao mercado de trabalho em detrimento de trabalhar mais aprofundadamente os temas de direitos humanos e cidadania?
6. Você acredita que essas oficinas foram proveitosas para a escola e para o contexto desses estudantes? Teria algo a acrescentar, alguma sugestão para a próxima edição desse projeto?

APÊNDICE E

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está convidado(a) a participar, como voluntário(a), em uma pesquisa. Os dados obtidos serão utilizados em um artigo científico, salvaguardando a identidade dos respondentes e suas respectivas instituições. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final desse documento.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: “Direitos Humanos e Cidadania: Realização de Oficinas Voltadas à Educação Básica de Barreiras”

Pesquisadora Responsável: Nikolle Cardoso Almeida

Orientadora: Maria Victória Braz Borja Rodrigues

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS:

O projeto foi planejado como um instrumento para compreender o nível de envolvimento de jovens e adolescentes a nível de ensino médio frente a temas relacionados a cidadania, direitos políticos e direitos humanos. Trata-se de uma análise relevante frente ao cenário de crise política que se observa no país e que exige participação política da população de forma mais ativa e efetiva, especialmente do grupo etário prestes a adquirir a plenitude dos seus direitos políticos e o

consequente ingresso na vida política do país. Com o cenário político atual e tantos movimentos sociais exigindo atuação e luta por parte da população brasileira, é importante analisar o nível de participação e envolvimento de jovens que estão saindo da escola e entrando na universidade, e que enfrentarão tais questões na sua vivência universitária. É relevante, portanto, analisar que consequências a falta de formação nestes temas durante a escola são geradas para a realidade social e política do país.

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE OU DO (A) RESPONSÁVEL PELO(A) PARTICIPANTE:

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado: “Direitos Humanos e Cidadania: Realização de Oficinas Voltadas à Educação Básica de Barreiras”. Fui informado(a) pela pesquisadora Nikolle Cardoso Almeida dos objetivos da pesquisa, sob orientação da Professora Maria Victória Borja (UFOB), esclareci minhas dúvidas e recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade.

Local e data: _____, __/__/__.

Assinatura do participante: _____ Assinatura da pesquisadora: _____